

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

JESSICA KAROLYNE DE SOUSA MACÊDO

**A Perspectiva Familiar em relação ao Ensino Remoto na
Educação Infantil durante a Pandemia da Covid-19**

**JOÃO PESSOA
2021**

JESSICA KAROLYNE DE SOUSA MACÊDO

A Perspectiva Familiar em relação ao Ensino Remoto na Educação Infantil durante a Pandemia da Covid-19

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado a Coordenação do Curso de
Pedagogia da Universidade Federal da
Paraíba como requisito complementar
para obtenção do título de Licenciatura
em Pedagogia, sob orientação do
Professora Dra. Nádia Jane de Sousa

João Pessoa
2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M141p Macêdo, Jessica Karolyne de Sousa.

A perspectiva familiar em relação ao ensino remoto na educação infantil durante a pandemia da Covid-19 / Jessica Karolyne de Sousa Macêdo. - João Pessoa, 2021. 57 f. : il.

Orientação: Nádia Jane de Sousa.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Ensino remoto. 2. Educação infantil. 3. Família. 4. Pandemia. I. Sousa, Nádia Jane de. II. Título.

UFPB/CE

CDU 373.2(043.2)

JESSICA KAROLYNE DE SOUSA MACÊDO

A Perspectiva Familiar em relação ao Ensino Remoto na Educação Infantil durante a Pandemia do Covid-19

Trabalho de conclusão de curso submetido à Banca Examinadora designada pelo Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

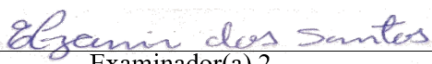
BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br
Nadia Jane de Sousa
Data: 01/12/2021 12:07:06-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Professor(a) Orientador(a)



Examinador(a) 1



Examinador(a) 2

Data da Defesa: 01 de dezembro de 2021.

Dedico em memória da minha mãe, Ana Paula.
Obrigada por tudo que fizestes por mim.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar e acima de todas as coisas a Deus, pois foi Nele que eu obtive forças e depusitei a minha confiança, para passar pelas dificuldades e seguir em frente. Agradeço ao meu noivo, Lénine de Carvalho que sempre esteve ao meu lado, me incentivando a superar todas as minhas dificuldades para que pudesse dar o meu melhor. Por sempre acreditar em mim e fazer parte desse sonho, sendo minha principal fonte de apoio, motivação e incentivo.

A minha família, em especial a minha vó, meu pai, meu irmão e meus tios Flaviana e Tibúrcio que são a base de tudo e sempre me incentivaram para correr atrás dos meus sonhos.

As amigas que pude construir nesse curto período da graduação, mas que se depender de mim, serão para a vida inteira. A Caline Cristiny que foi a minha parceira em todos os trabalhos, em todos os momentos de dificuldades e alegrias durante a minha trajetória acadêmica. A Joseany Meireles por todo apoio e incentivo e mais alguns, pela amizade, convivência, e pela disponibilidade e ajuda em muitos momentos.

A todos os professores do curso, pelos muitos ensinamentos e experiência compartilhados. A professora Nádia Jane pela paciência, pelos ensinamentos e pela disponibilidade em ajudar.

A todas as pessoas que me ajudaram em algum momento e que porventura não foram citados. A Universidade, pela oportunidade de estudo e de crescimento intelectual e pessoal.

E a tudo que me aconteceu até aqui, todas as dificuldades, sucessos e fracassos, perdas e ganhos. Porque de certa maneira, tudo contribuiu para que eu chegasse até o fim, todas as coisas cooperaram para o cumprimento dessa jornada.

“A verdadeira educação é aquela que vai ao encontro da criança para realizar a sua libertação”

Maria Montessori

RESUMO

Tendo em vista que as instituições infantis adotaram o ensino remoto como alternativa diante da pandemia de Corona vírus (Covid-19), é fundamental investigar através da experiência da família como a educação infantil foi pautada em tempos de isolamento social. É necessário verificar as experiências vivenciadas pelas crianças da educação infantil e levantar a opinião das famílias a respeito do ensino remoto, descrever o ensino remoto e as atividades propostas pelos professores da educação infantil, caracterizar a educação infantil, ressaltando suas especificidades e a sua importância para o desenvolvimento integral das crianças. Para isso fundamentar foi feito um levantamento bibliográfico na qual destacamos os seguintes autores Araújo (2010), Cerisara (1999), Dalben (2019), Didonet (2001) e entre outros. Dessa forma, foi realizada uma pesquisa básica, com uma abordagem qualitativa que se desenvolveu através de um questionário, realizado com dez famílias que possuem filhos matriculados em instituições infantis (municipais) localizadas na cidade de Bayeux - PB. Com a aplicação do questionário, as famílias responderam as questões levantadas pelo trabalho e foi possível verificar que a vivência das crianças se resumiu em cumprir atividades diárias e participar de aulas remotas, se submetendo a ficar algumas horas em frente a tela de um computador/celular. Sendo difícil para os familiares ensinar as atividades propostas e fazer com que as crianças mantivessem a atenção durante as explicações, além da dificuldade de conciliar as atividades das crianças com a rotina do dia a dia. Foi possível observar que o ensino remoto não atendeu as especificidades propostas para a educação infantil, o que impõe a constatação de que o ensino remoto desconsiderou todo o contexto da educação infantil com atividades mecânicas que se resumiram, por exemplo, em fazer atividades de pintura e colagem, uma vez que essas atividades por si só não são capazes de estimular uma aprendizagem significativa, bem como suscitar a criatividade, a expressão, a participação, e autonomia da criança

Palavras-chave: Ensino Remoto. Educação Infantil. Família. Pandemia.

ABSTRACT

Given that children's institutions have adopted remote teaching as an alternative in the face of the Corona virus pandemic (Covid-19), it is essential to investigate through the family's experience how child education was guided in times of social isolation. It is necessary to verify the experiences of children in kindergarten and raise the opinion of families about remote teaching, describe remote teaching and the activities proposed by teachers of kindergarten, characterize early child education, highlighting its specificities and its importance for the integral development of children. To support this, a bibliographic survey was carried out in which we highlight the following authors Araújo (2010), Cerisara (1999), Dalben (2019), Didonet (2001) and among others. In this way, a basic research was carried out, with a qualitative approach that was developed through a questionnaire, carried out with ten families that have children enrolled in children's institutions (municipal) located in the city of Bayeux - PB. With the application of the questionnaire, the families answered the questions raised by the work and it was possible to verify that the children's experience was summarized in carrying out daily activities and participating in remote classes, submitting to spend a few hours in front of a computer/cell phone screen. It is difficult for family members to teach the proposed activities and make the children pay attention during the explanations, in addition to the difficulty of reconciling the children's activities with the daily routine. It was possible to observe that remote teaching did not meet the specificities proposed for early child education, which imposes the finding that remote teaching disregarded the entire context of early child education with mechanical activities that were summarized, for example, in painting and painting activities. collage, since these activities alone are not capable of stimulating meaningful learning, as well as raising the child's creativity, expression, participation, and autonomy.

Keywords: Remote Teaching. Child education. Family. Pandemic

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1- número de filhos por família.....	38
Gráfico 2- número de membros por residência	39
Gráfico 3- Número de membros que trabalham	39
Gráfico 4- idade das crianças.....	40
Gráfico 5- Como eram as atividades propostas pelos professores?.....	41
Gráfico 6- A creche fornecia algum tipo de material para as crianças realizarem as atividades em casa	41
Gráfico 7- forma de comunicação utilizada pela creche para manter o contato com a criança	44
Gráfico 8- A criança tinha algum tipo de contato com os professores?	44
Gráfico 9- A criança apresentou dificuldades para a realização das atividades propostas? Quais?	45
Gráfico 10- Quem foi o responsável por auxiliar a criança na realização dessas atividades? .	46
Gráfico 11- A pessoa responsável pela criança apresentou alguma dificuldade para compreender o que estava sendo proposto pela creche nessas atividades?	46
Gráfico 12- Como foi conciliar as demais atividades do dia a dia e o ensino remoto?.....	47
Gráfico 13- Quais foram as principais dificuldades encontradas por você nesse processo de ensino.....	48
Gráfico 14- Como você classifica o ensino remoto para a criança durante esse período da pandemia?	49

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	31
Quadro 2:	42
Quadro 3:	50
Quadro 4-	50

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

COVID- 19 – Coronavírus

DCNEI - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

OMS - Organização Mundial da Saúde

RCNEI - Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
OBJETIVOS	17
Objetivo Geral	17
Objetivos Específicos.....	17
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	18
Educação infantil.....	18
A família	25
O ensino remoto e o contexto da pandemia – covid 19.....	30
METODOLOGIA.....	35
DEBATENDO RESULTADOS.....	37
Análise do questionário.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERENCIAS	55
APÊNDICES	58

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil se ampliou substancialmente no sistema educacional brasileiro, se tornando obrigatória a partir dos quatro anos de idade conforme a lei art.208, I, CF/88, emenda constitucional 59/2009; e também passou a ter políticas públicas voltadas para essa etapa educativa, com o intuito de garantir acesso a uma educação de qualidade.

Inicialmente, a Educação Infantil surgiu para atender demandas trazidas pelas transformações sociais, especialmente com a entrada da mulher no mercado de trabalho, na qual era necessário pensar em um espaço para que as crianças pudessem ficar enquanto seus pais trabalhassem, surgindo assim as creches apenas com um caráter assistencialista. Entretanto, ao decorrer dos anos foram elaborados documentos legais, como por exemplo a Lei Diretrizes e Bases (LDB/1996) que define Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, tendo como público crianças de zero a cinco de idade nas creches e pré-escolas. Desse modo, é a partir dessa etapa que a criança tem momentos de interação e socialização com uma intencionalidade pedagógica e educativa.

O cenário atual de pandemia, causado pelo novo corona vírus (Covid- 19), que ainda assola todo o mundo, mudanças em caráter de urgência foram tomadas com o intuito de controlar a disseminação do vírus na sociedade. Sendo assim, uma das principais medidas de prevenção adotadas pelo Estado da Paraíba com o decreto nº40.128, 17 de março de 2020 foi o isolamento social e, por consequência, o fechamento das instituições infantis por serem lugares de aglomeração e consequentemente de fácil contaminação. Diante disso, as instituições infantis públicas e privadas foram orientadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), através do parecer nº5/2020, a manter o elo entre os docentes e crianças por meio de uma aproximação virtual, quando possível, sugerindo materiais com caráter lúdico, recreativo, criativo e educativo para que as crianças executassem juntamente com os responsáveis em casa durante esse período de isolamento, utilizando assim a internet e o celular como meio de orientação das atividades propostas pela instituição infantil.

Perante o exposto, as instituições de educação infantil passaram a criar meios para que fosse possível manter a relação entre as crianças e professores, fazendo o uso de ferramentas, tais como: WhatsApp, Zoom, Google Meet, Youtube, estabelecendo, assim, o trabalho remoto. Contudo, tal forma de trabalho não se encaixa como uma modalidade para ser aplicada na educação infantil que tem como base pedagógica a interação e brincadeira. Mesmo assim

atividades passaram a ser enviadas para serem realizadas com o auxílio da família, que passaram a ter “a escola dentro de casa”.

De acordo com Silva (2017) a família é o primeiro contato que a criança tem desde o seu nascimento, sendo o principal agente socializador na vida do sujeito e que terá grande influência na construção da sua identidade. Tendo um papel de mediadora entre o sujeito e a sociedade, assim a instituição infantil e familiar devem construir uma relação horizontal e dialógica, para garantir que a criança tenha um desenvolvimento integral. É importante destacar que o contexto familiar tem as suas próprias regras e difere do âmbito escolar e que o papel da família não substitui a instituição infantil, uma vez que durante o isolamento social, as crianças passaram a vivenciar atividades remotas, apenas com os seus responsáveis.

A partir desse contexto surge o seguinte questionamento: como foi para a família vivenciar e participar juntamente com as crianças de todo esse momento, tanto em relação ao dia a dia como também em relação a experiência de realizar as atividades propostas pelas instituições de educação infantil? Diante dessa questão central o objetivo desse trabalho é analisar qual é a perspectiva familiar a respeito do ensino remoto durante a pandemia do Covid-19.

A presente temática foi escolhida para investigar através do olhar e da vivência familiar como a educação infantil está sendo pautada em tempos de pandemia de covid-19. Nessa perspectiva, é de suma relevância levantar questionamentos a luz de documentos que regem a educação infantil e teóricos que abordam a importância dessa etapa educativa para o desenvolvimento integral das crianças. É importante destacar também quais são as suas especificidades e como a educação infantil está sendo abordada durante o ensino remoto em tempos de pandemia. Dessa forma, fica claro a atualidade, pertinência e necessidade de investigação sobre as atividades recomendadas pelo corpo docente da educação infantil.

Para atingir os objetivos apontados, realizaremos esse estudo com dez famílias de uma instituição de educação infantil da cidade de Bayeux-PB, por meio de questionários. Foi aplicado de forma online, utilizando a plataforma google forms, pois o contato direto com a família não foi possível devido a pandemia.

Essa temática é fundamental na minha formação acadêmica, pois é necessário que o futuro pedagogo que irá seguir à docência como carreira ou atuar em outros espaços não escolares, conheça a importância da educação infantil e valorize a infância e suas especificidades para oferecer um desenvolvimento físico, emocional e social, mediante vivências significativas. Ademais, no aspecto social essa pesquisa é relevante para que o estudo

proporcione uma visão amplificada e crítica sobre o trabalho remoto para a educação infantil em tempos de pandemia e de como se deu a participação da família nesse contexto.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Analisar a percepção das famílias em relação ao ensino remoto na educação infantil, durante o período da pandemia da Covid-19.

Objetivos Específicos

- Verificar as experiências vivenciadas pelas crianças da Educação Infantil e levantar a opinião das famílias a respeito do ensino remoto;
- Descrever o ensino remoto e as atividades propostas pelos professores da educação infantil neste período de pandemia da Covid-19;
- Caracterizar a educação infantil, ressaltando suas especificidades e importância para o desenvolvimento integral das crianças.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Educação infantil

Para compreender a Educação Infantil, é fundamental traçar o contexto histórico na qual surgiu essa etapa educativa no Brasil. Para tanto, foi necessário mais de um século para que a criança fosse vista como um indivíduo presente na sociedade. Com as transformações sociais, em decorrência da industrialização e urbanização, a estrutura familiar foi modificada. A mulher passou a estar presente no mercado de trabalho e a partir disso foi preciso pensar em um lugar para a criança ficar em segurança, enquanto seus pais trabalhassem. Desse modo, alguns setores da sociedade se mobilizaram para sensibilizar o Estado em relação ao direito da criança de ter uma educação de qualidade que visasse o seu desenvolvimento integral. Conforme Paschoal e Machado (2009, p.85):

Verifica-se que, até meados do final dos anos setenta, pouco se fez em termos de legislação que garantisse a oferta desse nível de ensino. Já na década de oitenta, diferentes setores da sociedade, como organizações não-governamentais, pesquisadores na área da infância, comunidade acadêmica, população civil e outros, uniram forças com o objetivo de sensibilizar a sociedade sobre o direito da criança a uma educação de qualidade desde o nascimento.

A educação da criança historicamente era apenas de responsabilidade da família. A criança passava por instruções dadas pelos adultos, aprendendo regras e tradições culturais da sua respectiva família. Desse modo, interação e meio de socialização que a criança tinha era mediante os adultos compostos pela sua família, como também em locais públicos e religiosos. No entanto, com pesquisas e discussões em torno do direito da criança e as transformações da sociedade contemporânea supra referida, a mesma passa a ter o direito de frequentar um âmbito, na qual propicia interação e socialização com os seus pares. Portanto, de acordo com (DIDONET, 2001, p. 11) “Falar da creche ou da educação infantil é muito mais do que falar de uma instituição, de suas qualidades e defeitos, da sua necessidade social ou da sua importância educacional. É falar da criança. De um ser humano, pequenino, mas exuberante de vida.”

Nesse sentido, as instituições surgem no Brasil com caráter assistencialista e filantrópico. Como diz Paschoal e Machado, (2009, p. 82), “Diferentemente dos países europeus, no Brasil, as primeiras tentativas de organização de creches, asilos e orfanatos

surgiram com um caráter assistencialista, com o intuito de auxiliar as mulheres que trabalhavam fora de casa e as viúvas desamparadas.”

As creches e orfanatos visavam atender nesse primeiro momento, conforme Mello e Sudbrack (2018), crianças de baixa renda, através de práticas voltadas para suprir suas necessidades básicas, como higiene e alimentação. Não havia fundamento legal para a área educativa, as crianças eram respaldadas apenas por programas assistencialistas ou de saúde, pois inicialmente as políticas públicas tinham o foco apenas no Ensino Fundamental, sendo direcionadas por uma economia capitalista e neoliberal.

A promulgação da Constituição brasileira em 1988 foi de suma importância para os direitos da criança no Brasil, pois a partir desse momento ocorreram mudanças na concepção e função das instituições infantis, passando a enxergar a criança como sujeito de direito que está em fase de desenvolvimento e que precisa além do cuidar, o educar, deixando claro o seu direito à Educação Infantil. Como está explícito no inciso IV, do artigo 208 da Constituição Federal “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia da educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de Idade”. Desse modo, foi de suma importância como marco legal para garantir o direito da criança a educação nas creches. Em concordância com Bacelar, (2009, p. 22) “Agora, mais do que atender a uma necessidade da família, cuja mãe precisa de um espaço para deixar o filho enquanto trabalha, é preciso atender a esta criança em todas as necessidades inerentes a um ser em desenvolvimento.”

Em 1990, foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – lei nº 8069/90. De acordo com o seu artigo 3ª:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (BRASIL, 2019, p.15).

Nessa perspectiva, essa lei foi fundamental de acordo com Ferreira (2000, apud PASCHOAL E MACHADO, 2009), pois além de assegurar o seu direito como sujeito, mediante o ECA foi possível a elaboração e fiscalização de políticas públicas com o foco voltado para a pequena infância, como também para desconstruir aspectos construídos historicamente e ter uma nova perspectiva sobre a criança, enxergando com os seus direitos estabelecidos. Conforme Ferreira (2000, p. 184 *apud* PASCHOAL E MACHADO, 2009, p.85) “Direito ao afeto, direito de brincar, direito de querer, direito de não querer, direito de conhecer, direito de sonhar. Isso quer dizer que são atores do próprio desenvolvimento”.

Por conseguinte, com a aprovação do ECA o Ministério da Educação, publicou alguns documentos norteadores para a prática da Educação Infantil, sendo eles: “Política Nacional de Educação Infantil” na qual estabeleceu as diretrizes, metas e objetivos para essa etapa educativa; “Critérios para um atendimento em creches que Respeite os direitos Fundamentais das crianças, que trata de critérios para o funcionamento e organização interno nas creches; 3. “Por uma Política de formação de um profissional qualificado” refletindo sobre a formação docente e de como isso influencia na qualidade da Educação Infantil;” “ Propostas Pedagógicas e Currículo em Educação Infantil”. “Educação Infantil: bibliografia notada”

Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases, em seu artigo 29º, estabelece o seguinte:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) (BRASIL, 1996, s/p).

De acordo com lei supracitada, a Educação Infantil passa a ser a primeira etapa da Educação Básica, na qual tem a função primordial de garantir o desenvolvimento Integral da criança até cinco anos de idade. Em virtude disso, os mesmos passaram a frequentar espaços de socialização e interação de caráter pedagógico e educativo. É importante salientar também que a função da creche passa a ser mais ampla, deixando de ser apenas assistencialista para ser um espaço de aprendizagem e desenvolvimento, respeitando a criança como sujeito de direitos, relacionando o educar e o cuidar. Além disso, conforme Cerisara (1999, p.14):

A defesa da inclusão das instituições de Educação Infantil no capítulo da educação, por parte de representantes dos órgãos públicos e de movimentos sociais preocupados com a educação da criança pequena, baseava-se na ideia de que era fundamental tirar as creches e pré-escolas de seu vínculo com as Secretarias de Assistência Social ou da Saúde e lutar para que fizessem parte das Secretarias de Educação.”

Portanto, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) permitiu que a Educação Infantil se constituísse como uma etapa educativa a partir da inclusão das instituições infantis para a área de educação, sendo possível atender as especificidades da criança pequena com um trabalho com caráter educativo e pedagógico, respeitando seu contexto e atendendo os mesmo como sujeito de direitos. Entretanto, apesar do presente documento colocar a Educação Infantil como etapa da educação básica, é importante ressaltar que as creches não são depósitos de crianças para atender uma demanda da sociedade e muito menos uma preparação para o Ensino Fundamental. Dessa forma, era necessário estudar e refletir sobre o trabalho educativo e

pedagógico para atender as crianças pequenas de forma singular, respeitando a infância. Como diz a autora:

A preocupação com este aspecto pode ser vislumbrada na própria redação do texto final da LDB em que está escrito que a educação básica consiste em três níveis de ensino: a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Falar em educação e não em ensino foi a forma encontrada para não reforçar a concepção instrucional escolarizante presente nos demais níveis de ensino e indicar uma proposta de trabalho com crianças cuja especificidade requer uma prevalência do educativo sobre o instrucional, ou seja, mais do que nível de ensino, estas instituições devem realizar um trabalho contemplando e priorizando os processos educativos que envolvem as crianças como sujeitos da e na cultura com suas especificidades etárias, de gênero, de raça, de classe social.” (CERISARA, 1999, p.15-16).

A creche assume a função educativa, na qual a LDB estabelece a educação infantil como primeira etapa educativa, deixando claro que a educação Infantil tem como função primordial o desenvolvimento físico, intelectual, social e psicológico, mediante a ação da família e comunidade. Desse modo, em termos legais a Educação Infantil teve grandes avanços ao garantir o direito da criança a uma educação de qualidade, priorizando o seu desenvolvimento integral, atendendo suas especificidades e respeitando a primeira infância. Como diz Paschoal e Machado (2009,p.86):

A primeira etapa da Educação Básica, embora não obrigatória, é um direito da criança e tem o objetivo de proporcionar condições adequadas para o desenvolvimento do bem-estar infantil, como o desenvolvimento físico, motor, emocional, social, intelectual e a ampliação de suas experiências.”

A partir disso, é importante destacar a função da creche e a importância na execução do seu papel social, político e pedagógico. A Educação da criança nas creches e pré-escolas engloba a faixa etária de 0 a 5 anos de idade. De acordo com Didonet (2001) educação infantil deve atender de forma contínua e integral, sem divisão de conteúdos e metodologias, seguindo apenas uma adequação de acordo com a faixa etária.

Portanto, as instituições infantis tem objetivos social, educacional e político que devem estar presentes nessa etapa educativa. Conforme (DIDONET, 2001), o objetivo Social está associado à questão da mulher enquanto participante da vida social, econômica, cultural e política; quanto ao objetivo Educativo devem se organizar para promover a aprendizagem, por meio da mediação do processo de construção de conhecimentos e habilidades; em relação ao objetivo Político, refere-se à formação da cidadania infantil, em que por meio deste a criança tem o direito de falar e de ouvir, de colaborar, de respeitar e ser respeitada.

Como diz Silva (2017), o ato de cuidar e educar deve estar entrelaçado no meio da prática pedagógica, pois é por meio desses aspectos que a criança que está inserida na instituição

de educação infantil irá ter acesso a uma educação de qualidade. Dessa forma, o educar refere-se a situações de vivências propiciadas pelo educador por meio das brincadeiras que tenham uma intencionalidade pedagógica, e o cuidar refere-se à valorização do sujeito, que irá exigir do educador um sentimento de empatia pelo outro e nessa relação com o outro irá ajudar a desenvolver as suas capacidades.

Por intermédio das conquistas legais, fica claro que a educação infantil tem que atender de forma que envolva tanto o cuidar, como o educar, superando o modelo assistencialista que se enraizou nas instituições brasileiras em seu marco inicial. É preciso compreender que a instituição infantil deve ser um espaço de interação positiva, como supracitado, cuidado e interação favorecendo o desenvolvendo da criança pequena como um sujeito ativo e autônomo em seu processo de aprendizagem. Por meio do cuidar é possível estabelecer conexões socioafetivas com a criança, como diz Alves e Veríssimo (2007,p.15):

Mediante o cuidado, a interação e a brincadeira, estabelecem-se vínculos afetivos significativos e essenciais ao bem-estar infantil. Isto quer dizer que a qualidade das experiências infantis deve permitir-lhes ter confiança em si próprias, sentirem-se aceitas, ouvidas, cuidadas e amadas, de forma a lhes oferecer segurança para sua formação pessoal e social, para o desenvolvimento de sua identidade e conquista da autonomia.”

Nesse sentido, a instituição de educação infantil é um espaço de representação do direito da criança, ou seja, é o âmbito que cumpre o direito da criança, na qual deve ter a mesma como centro das suas práticas entre o cuidar e o educar. Como diz Didonet (2001, p. 24) “Creche, ou melhor, criança. Falar sobre creche é antes de tudo, falar sobre criança. Ela é a razão, o conteúdo e a metodologia da creche”. Desse modo, as instituições infantis tem como papel primordial a construção da identidade da criança, considerando como sujeito único, favorecendo vivências significativas capazes de desenvolver a criança em todos os seus aspectos físicos, social, emocional e cognitivo, respeitando suas especificidades, como também seu contexto social na qual está inserido. Em concordância com o autor:

Essa instituição está aí para encher de sentido a vida da criança- captar e realizar a fusão do imaginário de seus pais com a criança real que se constrói como sujeito, único, com um lugar na história. Está aí para oferecer-lhe um ambiente de experiência, para ela construir sua identidade e tornar-se o que realmente pode ser. É uma pessoa de 4 meses, um ano, 2 anos... que chega não como uma “coisinha linda”, mas como cidadão capaz, já, de fazer muitas coisas [...]” (DIDONET, 2001, p.25).

Desse modo, o documento “Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças” elenca os seguintes pontos:

Nossas crianças têm direito à brincadeira; Nossas crianças têm direito à atenção individual ;Nossas crianças têm direito a um ambiente aconchegante, seguro e estimulante; Nossas crianças têm direito ao contato com a natureza; Nossas crianças têm direito a higiene e à saúde; Nossas crianças têm direito a uma alimentação sadia; Nossas crianças têm direito a desenvolver sua curiosidade, imaginação e capacidade de expressão; Nossas crianças têm direito ao movimento em espaços amplos; Nossas crianças têm direito à proteção, ao afeto e à amizade ; Nossas crianças têm direito a expressar seus sentimentos ;Nossas crianças têm direito a uma especial atenção durante seu período de adaptação à creche ; Nossas crianças têm direito a desenvolver sua identidade cultural, racial e religiosa” (BRASIL,2009, p. 13).

Em 1998 foi formulado o “Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil” (RCNEI) com 3 volumes. Esse documento foi lançado para nortear as práticas pedagógicas nas instituições de Educação Infantil. De acordo com esse documento:

[...]em um conjunto de referências e orientações pedagógicas que visam a contribuir com a implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras. (BRASIL, 1998, P.13).

Desse modo, são documentos, segundo Gobbato (2016 *apud* MELLO E SUDBRACK, 2019. P.5) que “apontam metas de qualidade que levam à criança ao desenvolvimento integral e à formação da cidadania. Servem como um guia educacional, com objetivos, conteúdos e orientações didáticas”. O presente referencial é embasado em princípios que buscam o respeito à dignidade e aos direitos da criança; direito ao brincar; livre acesso aos bens socioculturais; socialização das crianças; atendimento aos cuidados entrelados a sobrevivência e desenvolvimento de sua identidade, enfatizando que a criança é um sujeito de direito, inserido no meio social na qual desenvolve e também contribui com ele, deixando de lado a concepção onde a criança era vista como adulto em miniatura e constituindo o seu direito de ser e estar. Desse modo, as instituições tem como objetivo garantir e assegurar o direito da criança a educação de qualidade.

Em 2009, a emenda constitucional nº 59 torna obrigatoriedade e gratuidade a Educação básica dos 4 aos 17 anos. Nessa perspectiva, a Lei Federal nº12.796, de 4 de abril de 2013 traz a obrigatoriedade de matrículas das crianças pequenas de 4 a 5 anos de idade, expandido assim os números de crianças matriculadas na Educação Infantil. Nesse mesmo ano, foi lançado as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) tendo como princípios:

Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades. Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática. Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais (BRASIL, 2010, p.15).

Nesse sentido, o documento tem como objetivo estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para essa etapa educativa, traçando caminhos para a execução das propostas pedagógicas nas instituições infantis. A proposta pedagógica deve ter como objetivo:

[...]garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças (BRASIL, 2010, p.18).

Até o ano de 2017, o DCNEI era o documento utilizado para traçar o caminho pedagógico da Educação Infantil e a partir de 2018 foi proposta a Base Nacional Curricular Comum, que em concordância ao DCNEI defende que os eixos norteadores são a interação e a brincadeira, definindo os direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil, sendo eles: Conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se. Dessa forma, as propostas pedagógicas devem se alinhar aos direitos estabelecidos pela BNCC e que a prática tenha uma intencionalidade educativa em consonância com as práticas pedagógicas, tanto nas creches como na pré-escola. Além disso, a BNCC está estruturada em cinco campos de experiências. São estes: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Portanto, de acordo com Silva (2017), a instituição deve garantir e atender a criança em ambiente acolhedor, na qual tenha o seu direito de se expressar e construir sua identidade e cidadania, logo não se pode dissociar o papel de educar e o cuidar. A criança deve ser vista como sujeito de direitos, que mediante as vivências de brincadeiras, socialização entre os seus pares, imagina e fantasia, vivenciando momentos planejados pelos educadores, mediante a construção da sua identidade pessoal.

Portanto, o trabalho educativo e social na instituição infantil é fundamental para o desenvolvimento integral da criança. É primordial que a família e comunidade tenham uma ação complementar com o trabalho desenvolvido nas instituições e para isso é necessário que ambos tenham uma boa relação para instruir a criança e atender suas necessidades e especificidades. Desse modo, é imprescindível discutir acerca do papel da família, como também os aspectos necessários para a instituição infantil e a família construam uma relação dialógica e complementar para assim contribuir de forma positiva no desenvolvimento da criança, na qual ambas visam o mesmo objetivo.

A família

A Educação Infantil passou por várias transformações, na qual a criança passou a ser um sujeito de direito e história. Para garantir a efetividade da Educação Infantil é preciso que cada esfera cumpra o seu papel, se complementando e com o mesmo objetivo. Como diz a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a Educação Infantil deve se complementar com a ação da família e comunidade, deixando claro que essa etapa educativa deve ser realizada em parceria entre os familiares das crianças com a instituição, ambos tendo a criança como centro, objetivando assim o seu desenvolvimento cognitivo, sócio efetivo, sensório motor e cultural.

Portanto, a família e as instituições de educação infantil devem ter uma boa relação entre si. A instituição deve cumprir o seu papel nas funções de cuidado e educação e a família deve proporcionar um ambiente de afetividade para atender as necessidades da criança pequena. Como diz Didonet (2001, p. 17) “Tanto a creche deve ser boa para cumprir as funções de cuidado e educação quanto a família tem de possuir condições materiais, ambientais, efetivas e conhecimento para atender as necessidades de seus filhos pequenos.”

Silva (2017) fala que a relação da família e a instituição de educação infantil tem o papel e o objetivo de instruir e fazer com que a criança tenha um desenvolvimento pleno. Primeiramente, a autora traz a definição de família, conceito este que passou por diversas transformações e mudanças ao longo dos anos dentro da sociedade. Nessa perspectiva, vale ressaltar que a família é a primeira instituição que a criança tem contato e é nessa instituição que o indivíduo forma a sua identidade como sujeito, perante a sociedade. Assim:

A família é a primeira instituição da qual geralmente todo ser humano participa sendo o primeiro grupo de forte influência sobre as pessoas, sobre o seu comportamento, a sua personalidade e as suas escolhas futuras, tendo ainda funções de acolhimento, cuidados, educação e preparação do indivíduo para a vida. É na relação com os seus cuidadores que a criança inicia a sua constituição como sujeito: a formação da sua identidade, as percepções dos outros. (SILVA, 2017, p.12).

De acordo com Araújo e Freitas (2010), durante o século XV e XVI as crianças desenvolviam um aprendizado por meio dos serviços domésticos e tinham como base os ensinamentos dos adultos, para assim se tornarem um servidor na sociedade. Aos sete anos de idade migravam para outra família para morar e dar continuidade a aprendizagem. Dessa forma, a família tinha como propósito garantir a transmissão de vida, dos nomes e bens.

No século XVII surge o sentimento de família moderna e com isso a família passa a se concentrar em torno da criança. Nesse mesmo período a criança passa a estudar na instituição. Como diz as autoras:

Durante o século XVII a família concentrou-se em torno da criança. A criança passou a estudar em uma escola distante, porém muitos defendiam que era melhor uma educação em casa, por meio de um preceptor. Um sentimento novo surgiu, os pais não queriam mais ficar longe dos filhos, esse acontecimento comprova uma transformação considerável da família. (ARAÚJO E FREITAS, 2010, p.8).

Conforme Leite e Carvalho (2018), a definição de família não é algo meramente estático, mas essa definição se transforma de acordo com o curso da sociedade e sua cultura ao decorrer dos anos. Nesse sentido, a instituição familiar é formada por diversos núcleos, podendo ser composta por mães solteiras, pais com filhos adotivos, pais que já tiveram filhos em outro casamento, casamentos homossexuais, entre outros. Assim lemos:

Conceituar a instituição familiar atualmente não é uma tarefa fácil, haja vista que como instituição social a mesma se modifica culturalmente e socialmente seguindo o processo histórico da qual a humanidade faz parte. Considerando esse processo, temos como significado para a palavra família: Conjunto de pessoas, em geral ligadas por laços de parentesco, que vivem sob o mesmo teto; pessoas do mesmo sangue ou não, ligadas entre si por casamento, filiação ou mesmo adoção, parentes, parentela; ou ainda; núcleo social de pessoas unidas por laços afetivos, que geralmente compartilham o mesmo espaço e mantém entre si relação solidária (LEITE E CARVALHO, 2018, p.214).

Família não é algo natural, biológico, mas se trata de uma instituição criada pelos sujeitos para assim atender as necessidades sociais, segundo os autores:

A família não é algo natural, biológico, mas uma instituição criada pelos homens em relação, que se constitui de formas diferentes em situações e tempos diferentes, para responder às necessidades sociais. Sendo uma instituição social, possui também para os homens uma representação que é socialmente elaborada e que orienta a conduta de seus membros. [...] a família, qualquer que seja sua forma, constitui-se em torno de uma necessidade material: a reprodução. Isso não significa que é necessário haver uma determinada forma de família para que haja reprodução, mas que esta é condição para existência da família. (REIS, 2001, p.102 *apud* LEITE E CARVALHO, 2018, p. 2015).

Portanto, é preciso considerar que há diversas configurações de famílias dentro da sociedade, como já foi supracitado. Não é possível conceituar de forma simples e fácil a instituição familiar, porém, é fundamental compreender que a estrutura familiar perpassa a

concepção de que se trata apenas de um único formato, mas sim de um grupo formado por sujeitos que habitam no mesmo espaço.

Mesmo diante de diversas transformações que ocorrem na instituição familiar em decorrência do contexto cultural, social e econômico, a família continua sendo a base fundamental para o desenvolvimento, a construção de identidade e cultura da criança na sociedade como afirma Leite e Carvalho (2018). Nesse sentido, a família assume o papel de mediadora entre o sujeito e a sociedade, onde a criança será capaz de aprender a perceber o mundo e se situar como sujeito ativo.

A família e as instituições de educação infantil devem construir entre si uma relação horizontal e dialógica, tendo como objetivo principal garantir o desenvolvimento integral da criança. Para que se tenha essa relação, é necessário realizar um trabalho formativo com os professores, para que se possa ter práticas voltadas para garantir uma relação de parceria entre ambos, sem julgamentos, comparações, perpassando relações de poder. A atuação do professor que entenda a importância desse diálogo entre a família e a instituição infantil, é a peça principal para garantir um acolhimento, compreendendo de fato o contexto social e a estrutura familiar em que cada família está inserida. Acerca disso, os autores expuseram:

A integração entre família e escola numa perspectiva dialógica, tem como foco o outro e o relacionamento entre os envolvidos contribui para uma educação democrática e acolhedora, numa prática pedagógica que prioriza a emancipação da criança, sujeito de direitos e entendida como cidadã, em que a família é incluída como protagonista no cotidiano da atividade educativa, sendo convidada a participar dos momentos de planejamento, das atividades com as crianças, possibilitando assim momentos em que os conhecimentos da família podem ser aproveitados na instituição de educação infantil, como também o oposto, pois na maioria das vezes as famílias querem conhecer e aprender mais sobre o desenvolvimento infantil. (LEITE E CARVALHO, 2018, p.220).

Araújo e Freitas (2010) destacam o papel da família, tendo como base a pedagogia Montessoriana, que é voltada para o desenvolvimento psicológico da criança, tendo como base os comportamentos desde o nascimento do sujeito. De acordo com Montessori, a criança desde o nascimento até os 3 anos passa pela fase da mente absorvente inconsciente, período marcado pela criatividade da inteligência e captação dos estímulos externos como os costumes e hábitos. Dos três aos seis anos de idade a criança possui a mente absorvente consciente. Logo:

A mente absorvente inconsciente é o período criativo da inteligência. Absorve em si todas as impressões que o ambiente lhe oferece os costumes, os hábitos da terra em que vive, formando o indivíduo típico da raça. Caso a criança seja ajudada convenientemente, segundo os valores humanos, suas potencialidades serão desenvolvidas. (ARAÚJO E FREITAS, 2010, p.12).

Desse modo, fica claro que o ambiente familiar interfere diretamente nas crianças pequenas que estão em fase de desenvolvimento e absorvem todo o contexto na qual estão inseridas, como também toda a cultura familiar. A criança vai depender desse ambiente para desenvolver suas capacidades físicas e emocionais. Em concordância com Araújo e Freitas (2010, p. 13) “Em sua ação educacional Montessori (1983) sempre defendeu a importância do ambiente familiar na ajuda adequada ao crescimento da criança que, segundo ela, é o primeiro ambiente educador.”

Sobre o papel da família nos primeiros anos de vida da criança, aponto Freitas e Araújo (2010) que destaca Froebel para compreender a importância da família nos primeiros estágios de desenvolvimento, tendo como foco principal o cuidado físico e a formação moral, deixando claro que a família é o berço principal para garantir o desenvolvimento pleno do sujeito. Sendo assim, a família deve servir como exemplo, contribuindo para a formação da identidade da criança, pois a família é todo o reflexo e modelo que esta terá nos seus primeiros anos de vida. Nesse sentido argumentou Freitas e Araújo (2010, p.15) “família contribui incomparavelmente para formar, em toda a sua pureza e energia, um coração bom, uma alma piedosa. Por isso, é fundamental a vida em família, sendo que na infância, todas as coisas são vistas através dela e com um reflexo seu.”

Por fim, muitas famílias esperam que as creches e escolas cumpram não apenas o seu papel, mas também exerçam o papel da família e espera-se assim que a criança tenha um desenvolvimento saudável, porém é fundamental que a família não se isente da responsabilidade de educar, pois é por meio do convívio familiar que a criança receberá o apoio necessário para se desenvolver em aspectos cognitivos e psicológicos. Assim expôs as autoras:

Os pais devem entender que educar é ajudar no crescimento, no desenvolvimento dos aspectos cognitivo se participar disso. O crescimento e o desenvolvimento da criança pequena ocorrem tanto no plano físico quanto no psicológico, pois um depende do outro. (ARAÚJO E FREITAS, 2010, p.16).

Desse modo, os pais são fundamentais nessa formação de identidade da criança, isto é, a família juntamente com instituição infantil que garanta uma educação de qualidade é capaz de garantir um ótimo desenvolvimento da criança, pois ambos dependem uma da outra. Assim diz Araújo e Freitas (2010, p.16) “É importante lembrar que a escola não substitui a relevância do convívio familiar na formação da criança.” Entretanto, é importante ressaltar que nem todas as crianças tem a oportunidade de ter esse convívio familiar, como por exemplo casos de violência contra a criança, é fundamental que nesses casos as crianças tenha apoio da escola e instituições legais para proteger a sua infância.

Nessa perspectiva, a instituição de educação infantil deve ser um ambiente facilitador de aprendizagens e interações sociais e afetuosas, compartilhando com a família o objetivo de inserir a criança no mundo da cultura. Para isto, deve haver uma relação mútua instituição de educação com a família, uma relação de respeito, com o propósito de garantir um desenvolvimento pleno da criança. Em concordância com Oliveira et al., (1996 *apud* SILVA, 2017, p.25) que diz que “a abertura da creche para a participação da família significa reconhecer que ela é um dos contextos em que ocorre o desenvolvimento da criança, que deve ser compartilhado com a família.”

Dessa forma, é preciso instituição de educação infantil desenvolva ações que proporcionem aos pais das crianças momentos de diálogo entre os educadores e a família, como também os colaboradores da instituição. Outro ponto fundamental para o desenvolvimento integral da criança é o convívio e a socialização. É preciso que instituições de ensino infantil valorizem o diálogo entre ambos, para que a família se sinta à vontade para acompanhar e complementar o trabalho construído pelos educadores, através de mecanismos que possibilitem um ambiente acolhedor, usando uma linguagem e atitudes que façam com que as famílias tenham interesse e se sintam a vontade para conhecer e compreender a importância do trabalho realizado nas creches, para assim dar continuidade. Para Silva (2017, p.27)

A Creche por sua vez não caminha sozinha, mas é uma parceria com a família, juntas, unidas na busca por uma educação onde as crianças sejam capazes de se desenvolver de forma integral, socializando com outras crianças e outras pessoas. Comunicação é esse diálogo permanente que deve haver entre os pais e professores, pais e direção, pais e filhos, só assim poderemos alcançar os melhores resultados. Só através da interação entre essas duas instituições é que alcançaremos os nossos objetivos.

Para tanto, a instituição de educação infantil deve passar confiança, estabelecendo uma relação de empatia e respeito entre as famílias e educadores. É importante ressaltar que a instituição é diretamente ligada a família em aspecto de socialização da criança, sabendo que a socialização é um fator importantíssimo na primeira infância, para assim desenvolver outras habilidades.

Fica claro que ao longo do tempo o conceito de família sofreu transformações de acordo com as mudanças presentes na sociedade e isso reflete diretamente na relação da família com a escola. Atualmente, com o cenário da pandemia e o ensino remoto, que será abordado no próximo tópico, as famílias passaram a ter que lidar tanto com esse contexto, como também “assumiram” o papel da escola dentro de casa, de acordo com as orientações da instituição de educação infantil. Desse modo, é de suma importância discorrer sobre as orientações dadas pelo

Conselho Nacional de Educação e como essas duas instituições (família e escola) se organizaram diante desse contexto.

O ensino remoto e o contexto da pandemia – covid 19

Com a declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020 confirmando a disseminação comunitária do SARS-CoV-2 (vírus causador da covid-19) em todos os continentes, a situação global atingiu o status de pandemia (disseminação em proporção mundial de uma doença). Em decorrência da grande disseminação e transmissão do vírus, países e estados tiveram que adotar medidas de restrições, orientadas pela OMS. Uma dessas medidas foi o fechamento das escolas, visto que este é um local de aglomeração e consequentemente de disseminação do vírus. Diante desse contexto, o ensino passou a ocorrer no âmbito familiar, mediante a adoção do ensino remoto para todas as modalidades de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior com o objetivo de dar continuidade ao processo de ensino e aprendizagem. Assim lemos:

As instituições de Educação Infantil, neste ano de 2020, estão tentando se adaptar a uma realidade imposta pela COVID-19. Para evitar a transmissão dessa doença, fez-se necessário um isolamento social de forma rigorosa de toda a população brasileira, o que afetou diversos setores, como a indústria, o comércio, a cultura, o esporte e a educação com o fechamento de escolas, trazendo grandes desafios para alunos, pais e professores. (GONÇALVES E BRITTO, 2020, p.42).

Diante dessa realidade, é importante destacar o parecer nº 5/2020, publicado pelo Conselho Nacional de Educação, no dia 28 de abril de 2020 com o intuito de reorganizar as atividades escolares em todo território brasileiro em decorrência ao cenário supra referido. Em relação a Educação Infantil, o parecer salienta uma questão importante: “[...] de não haver previsão legal nem normativa para oferta de educação a distância, mesmo em situação de emergência” (CNE, 2020, p. 9). Apesar do cenário de emergência, a educação infantil não se enquadra dentro das etapas que podem acontecer através da educação a distância, uma vez que a criança pequena precisa vivenciar e estar presente num espaço de interação com os seus pares.

Nessa perspectiva, o presente parecer traz a seguinte orientação para as instituições infantis:

No sentido de contribuir para minimização das eventuais perdas para as crianças, sugere-se que as escolas possam desenvolver alguns materiais de orientações aos pais ou responsáveis com atividades educativas de caráter eminentemente lúdico, recreativo, criativo e interativo, para realizarem com as crianças em casa, enquanto durar o período de emergência, garantindo, assim, atendimento essencial às crianças pequenas e evitando retrocessos cognitivos, corporais (ou físicos) e socioemocionais. (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2020, p. 9).

O documento ainda traz orientações para faixas etárias específicos, como para as crianças de 0 a 3 anos nas creches e de 4 a 5 anos na pré-escola. Conforme o quadro abaixo:

Quadro 1

	Faixa etária	Orientação
Creches	0 a 3 anos	as orientações para os pais devem indicar atividades de estímulo às crianças, leitura de textos pelos pais, brincadeiras, jogos, músicas infantis. Para auxiliar pais ou responsáveis que não têm fluência na leitura, sugere-se que as escolas ofereçam aos cuidadores algum tipo de orientação concreta, como modelos de leitura em voz alta em vídeo ou áudio, para engajar as crianças pequenas nas atividades e garantir a qualidade da leitura.
Pré-escola	4 e 5 anos	as orientações devem indicar, da mesma forma, atividades de estímulo às crianças, leitura de textos pelos pais ou responsáveis, desenho, brincadeiras, jogos, músicas infantis e algumas atividades em meios digitais quando for possível. A ênfase deve ser em proporcionar brincadeiras, conversas, jogos, desenhos, entre outras para os pais ou responsáveis desenvolverem com as crianças. As escolas e redes podem também orientar as famílias a estimular e criar condições para que as crianças sejam envolvidas nas atividades rotineiras,

		transformando os momentos cotidianos em espaços de interação e aprendizagem
--	--	--

Fonte: Conselho Nacional De Educação - Parecer nº5/2020).

Com o quadro acima, é possível visualizar de forma mais ampla as atividades e fazer pedagógico indicado pelo Conselho Nacional de Educação para a Educação infantil durante esse contexto da pandemia. É importante destacar que o presente documento enfatiza que a criança nesse período tenha vivências significativas, com base da interação e aprendizagem com a sua respectiva família, seguindo as orientações pedagógicas do corpo docente das instituições infantis, em concordância com Base Nacional de Educação (BNCC), que diz:

Os eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa etapa da Educação Básica são as interações e a brincadeira, experiências nas quais as crianças pode construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagem, desenvolvimento e socialização. (BRASIL, 2017, p. 37).

No entanto, as presentes orientações trazem consigo desafios para o ensino remoto dessa etapa educativa, uma vez que o ambiente familiar difere totalmente do âmbito escolar. As instituições sociais (escola e família) se organizam de forma única e diferente, tendo suas próprias regras. Nesse sentido, a família vem sofrendo diversas transformações para atender as demandas escolares de seus filhos, trabalho e afazeres domésticos e ainda tendo que conviver com o medo todos os dias de perder familiares para a covid-19. Assim expõe Dalben (2019, p.13):

Escola e família são instituições sociais. Mas cada uma se auto-organiza e produz regras próprias. Cada uma tem sua forma de educar e ensinar, têm modos próprios de se organizar e definir o que é ou não importante nos projetos de vida dos sujeitos. Os conteúdos ensinados nestas instituições, embora complementares, têm naturezas diferentes na construção do ser social e no processo de desenvolvimento dos sujeitos, cidadãos para o mundo.

É importante frisar que a instituição infantil é fundamental para o desenvolvimento da criança, garantindo socialização, compreensão do mundo, aquisição de linguagem, alfabetização e letramento. Desse modo, a escola é um lugar de interações sociais, que mediante essas interações, em consonância com um planejamento intencional, garante o desenvolvimento de habilidades e formação de cidadãos, isto é, é um espaço que assegura as interações sociais e que é por meio delas que desenvolvimento integral da criança acontece. Como caracteriza Dalben (2019, p.17)

[...] a escola é um lugar de interações sociais, que se voltam intencionalmente para a aprendizagem de conhecimentos, sim, mas estes conhecimentos envolvem habilidades variadas adquiridas nas atividades previstas nos planos de ensino, envolvem competências criadas, também, nas rotinas de organização e realização destas atividades especificamente propostas pela escola, assim como para a construção dos significados do próprio sentido da escolarização e da formação de cidadãos.

Posto isto, diante do contexto pandêmico, segundo Dalben (2019) a “escola” se instalou dentro de casa e todos os dias a família recebe orientações, crianças passam horas com o celular/computador para assistir aulas voltadas exclusivamente para cumprir os dias de ano letivo e uma demanda imensa de conteúdos curriculares, desse modo o ensino remoto não garante a interação social entre os indivíduos, e muito menos tem assegurado o desenvolvimento integral das crianças.

No entanto Dalben (2019) afirma que existem escolas que mesmo diante desse caos instalado insistem em passar todas as regras e funcionalidades do ensino presencial para um ensino remoto, sem a menor preocupação com professores, pais e crianças. A instituição é muito mais do que apenas passar atividades e informações, o papel do professor ultrapassa essa visão imediatista, como também o papel do aluno vai além de realizador de tarefas. Dessa forma, acentua-se mais ainda os problemas causados por esse contexto, como a falta da sociabilidade e socialização, além disso ainda tem a desigualdade social que sempre esteve presente. Porém, é inegável que a pandemia evidenciou ainda mais essa desigualdade, pois com a adoção das aulas remotas, se fez necessário o uso de tecnologias, onde muitas famílias brasileiras não dispõem de acesso à internet.

De acordo com Dalben (2019) é importante que a sujeito tenha contato direto com o professor, como descrito pela autora:

“[...]presença direta de um professor dependem também de ambientes que tenham por si condições de interações com intencionalidades educativas. Aprendizagens exigem mediação. Algumas por adultos mais experientes, outras por pessoas com mais conhecimentos para que as intencionalidades possam acontecer.” (DALBEN, 2019, p.26 e 27).

A relação de família e escola diante desse contexto se configura conflituosa, uma vez que muitas famílias não possuem condições necessárias para cumprir as orientações dadas pela instituição, devido a várias demandas socioeconômicas e com a pandemia todas essas questões ficaram mais expostas. Porém é importante frisar que a família e instituição dependem uma da outra, mesmo sendo instituições sociais com regras e organização distintas. Desse modo, o ensino remoto trouxe à tona muitos de desafios, como também evidenciou ainda mais questões

como a desigualdade e a vulnerabilidade social, fatores esses que acometam o contexto familiar, como também o desenvolvimento da criança. Portanto:

[...]ensino infantil de forma remota, considerando que as medidas tomadas em relação ao envio de atividades xerocadas para a casa das crianças e/ou às aulas virtuais não minimizam os prejuízos causados pelo avanço de COVID-19 ao calendário escolar, uma vez que a educação das crianças em creches e pré-escolas é de natureza essencialmente interacional. (GONÇALVES E BRITTO, 2020, p.43).

O ensino remoto na educação infantil apresenta controvérsias, uma vez que não atende as especificidades da criança pequena, visto que os eixos norteadores conforme a Base Nacional Curricular Comum (2017) são interação e brincadeira. Nesse sentido, apenas por meio da instituição infantil é que a criança irá vivenciar, experimentar e descobrir o mundo ao seu redor. De acordo com Gonçalves e Britto (2020) o contexto familiar não apresenta aspectos necessários para fomentar a criatividade e fazer com que a criança explore o mundo social e cultural por meio de interações significativas, não atendendo as especificidades da educação infantil.

METODOLOGIA

O presente trabalho se pauta em sua natureza, em uma pesquisa básica. Conforme (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.51) a pesquisa básica tem como objetivo “[...] gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais.” Assim, a pesquisa aqui desenvolvida visa analisar a perspectiva familiar sobre o ensino remoto na Educação Infantil durante a pandemia do Covid-19, contribuindo assim para a compreensão de como se deu essa forma de ensino proposto pelas escolas para a prática educativa com crianças de 0 a 5 anos de idade.

O trabalho terá uma abordagem qualitativa, com o intuito de descrever o olhar da família sobre o ensino remoto na Educação Infantil e em seguida realizar uma análise dos dados obtidos, tendo como embasamento as referências teóricas levantadas nessa pesquisa. Assim, os autores consideram que na pesquisa qualitativa:

“[...]há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.70).

Em relação aos objetivos, a pesquisa se caracteriza também como exploratória, pois para obter informações sobre a perspectiva da família sobre o ensino remoto proposto pelas instituições infantis, foi preciso a formulação de um questionário, para investigar como se deu a prática do ensino remoto na Educação Infantil e como as famílias vivenciaram esse momento. Desse modo, a pesquisa exploratória (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.51-52) “[...] tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses [...]”.

Nesse sentido, esse estudo se desenvolveu por meio de uma pesquisa de campo, que visa proporcionar contato direto com o objeto de estudo. Desse modo, segundo (GIL, 2008, p. 57) “[...] no estudo de campo estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação de seus componentes”. Arelado a isso, foi realizado um levantamento de artigos científicos para embasamento teórico do tema proposto.

O universo da pesquisa é constituído pela Educação Infantil, que engloba crianças de 0 a 5 anos de idade nas creches e pré-escola, incluindo também toda equipe pedagógica que faz

parte do processo educativo da criança pequena em parceria com as famílias. Portanto, o objeto de pesquisa desse trabalho será a família das crianças pequenas matriculadas nas instituições infantis, que vivenciaram todo o contexto da pandemia, tendo assim uma amostra intencional que de acordo com Gil, é um “[...] Subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população.” (GIL,2008, p. 90).

Logo, a pesquisa será realizada com dez membros das famílias que possuem filhos/as nas instituições infantis (municipais) de caráter público, localizadas na cidade de Bayeux -PB. Tais membros participarão da pesquisa com o propósito de responder as questões levantadas pelo trabalho, por meio de questionários com questões claras e objetivas, dado que “Para elaborar as perguntas de um questionário é indispensável levar em conta que o informante não poderá contar com explicações adicionais do pesquisador” (ANDRADE, 2010, p. 134). O questionário foi aplicado por meio do aplicativo google forms, uma vez que o cenário pandêmico ainda se faz presente, o questionário foi aplicado no mês de novembro. Por conta da pandemia, o contato com as famílias foi realizado através do WhatsApp. As famílias tomaram ciência da importância da realização da presente pesquisa e receberam o link para acesso e participar do questionário.

A análise dos dados será feita de acordo com o material bibliográfico e interpretação de dados que serão levantados na pesquisa, mediante o roteiro do questionário, com a finalidade de selecionar o material que atenda os objetivos da pesquisa.

DEBATENDO RESULTADOS

Análise do questionário

Os dados que serão apresentados a seguir foram frutos de uma pesquisa qualitativa, que visa analisar a perspectiva da família sobre o ensino remoto na educação infantil, realizada com dez (10) famílias de crianças matriculadas em instituições infantis municipais da cidade de Bayeux-PB, que tiveram participação no ensino remoto proposto pela instituição, durante a pandemia da Covid- 19. Para tanto, foi aplicado um questionário semiestruturado com questões abertas e fechadas para atender os objetivos específicos, sendo eles: Verificar as experiências vivenciadas pelas crianças da Educação Infantil e levantar a opinião das famílias a respeito do ensino remoto; Descrever o ensino remoto e as atividades propostas pelos professores da Educação infantil neste período de pandemia da covid-19; Caracterizar a educação infantil, ressaltando suas especificidades e importância para o desenvolvimento integral da criança.

Nessa perspectiva, o questionário foi aplicado através da plataforma Google Forms. Essa foi a melhor ferramenta para obter as respostas e participação das famílias, uma vez que as instituições infantis da cidade de Bayeux estão funcionando de acordo com o plano estratégico para o retorno das aulas presenciais da rede de ensino municipal com o retorno de forma híbrida e ofertando ainda o ensino remoto. Primeiramente, foi necessário entrar em contato com a instituição para ter acesso aos contatos dos familiares. O primeiro contato foi feito por meio do WhatsApp, onde foi explicado a importância da pesquisa e os seus objetivos e por fim foi disponibilizado o link do Google *Forms* com o presente questionário.

Espera-se que com a aplicação do questionário seja possível compreender as experiências vividas pelas famílias com as suas crianças durante o período de pandemia, para assim caracterizar o ensino remoto e ressaltar a importância da educação infantil e as suas especificidades para as crianças de 0 a 5 anos de idade.

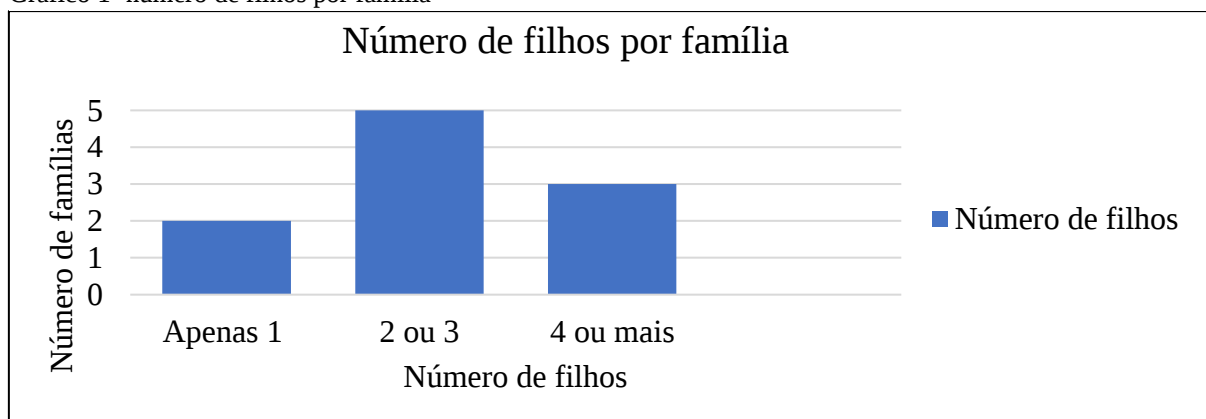
Para melhor compreensão do questionário temos a seguinte divisão: 15 perguntas abertas e 1 questão de múltipla escolha. Em relação as questões abertas, temos os seguintes conteúdos: Qual é o número de filhos da família?; Quantos dos membros das famílias trabalham?; Qual foi a forma de comunicação utilizada pela creche para manter o contato com o seu filho(s)/filha(s) durante o período do ensino remoto?; Como eram as atividades propostas pelas professoras?; A creche fornecia algum tipo de material para as crianças realizarem as

atividades em casa?; A criança tinha algum tipo de contato com os professores?; Quem foi o responsável por auxiliar a criança na realização dessas atividades?; A pessoa responsável pela criança apresentou alguma dificuldade para compreender o que estava sendo proposto pela creche nessas atividades?; Como foi conciliar as demais atividades do dia a dia e o ensino remoto?; Quais foram as principais dificuldades encontradas por você nesse processo de ensino a distância?; Como foi a sua experiência? Para você, a Educação Infantil é importante para seu/sua filho/filha? Porquê?; Durante a pandemia, você acha que o ensino remoto conseguiu atender e cumprir o papel que se espera da educação infantil? Acerca dos conteúdos da questão de múltipla escolha, temos o seguinte: Como você classifica o ensino remoto para a criança durante esse período da pandemia? ótimo; satisfatório; insuficiente; não atendeu a necessidade da criança.

A partir dessas questões abertas é possível mapear os caminhos adotados pelas instituições, como também esquematizar as experiências vividas pelas famílias, traçando o perfil de cada uma e suas principais dificuldades frente ao ensino remoto na educação infantil, além de analisar a percepção de cada família sobre a importância dessa etapa educativa para os seus filhos. Essas questões serão analisadas a partir de tabelas, gráficos em formato de barras e pizza, que permitirão fazer relações e constatar diferenças entre as respostas obtidas na pesquisa de campo, como também analisar os percentuais obtidos através das respostas com reflexões teóricas. Para assim obter uma melhor visualização e compreensão dos dados coletados.

As quatro primeiras questões do questionário tiveram como objetivo traçar o perfil dos familiares da pesquisa, para assim saber as condições disponíveis de cada família, para que fosse possível realizar e acompanhar as crianças nas atividades remotas propostas pela instituição infantil. Desse modo, o primeiro gráfico aborda o resultado da questão1: Qual é o número de filhos da família? Vejamos:

Gráfico 1- número de filhos por família

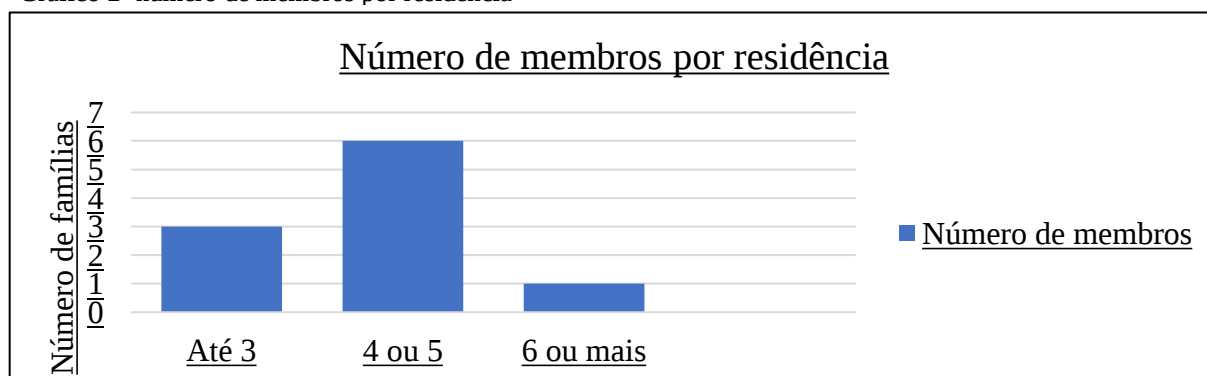


Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Podemos dizer que a maior parte das famílias que responderam ao questionário, no total de 8, possuem mais de um filho. Possivelmente os demais filhos também vivenciaram o ensino remoto e dependeram da atenção dos familiares para esse acompanhamento em casa, como também dispor de uma boa internet e de mais do que um aparelho celular ou computador para que fosse possível todos terem acesso as orientações dadas pelas instituições de educação infantil. Com pandemia, a instituição infantil passou a ser “dentro de casa” como foi supracitado ao longo desse trabalho, pois segundo Dalben (2019) as crianças começaram a receber da escola uma grande demanda de atividades para cumprir a carga horário do ano letivo. Dessa maneira, fica visível o desafio que foi para essas famílias darem a atenção necessária para cada um dos filhos diariamente. A “escola dentro de casa” somente por esse primeiro aspecto já se apresentou como uma tarefa bastante desafiadora. Em meio a esse cenário, será que é possível haver o desenvolvimento integral da criança?

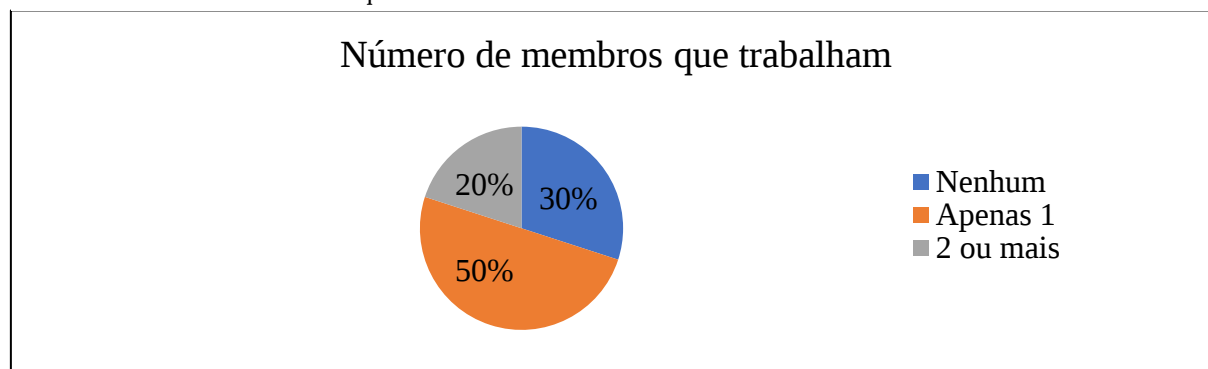
O segundo e o terceiro gráficos tratam sobre o número de membros por residência de cada família e o número de membros que trabalham. Vejamos:

Gráfico 2- número de membros por residência



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

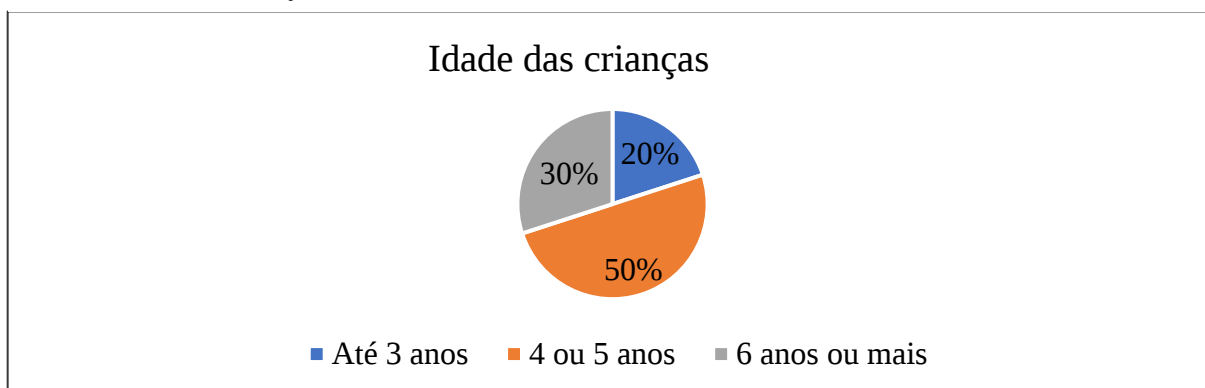
Gráfico 3- Número de membros que trabalham



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

De acordo, com os gráficos apresentados, nota-se que a maior parte das famílias, no total de 6, possuem 4 ou 5 pessoas residindo na mesma casa; 3 famílias tem o total de 3 membros e uma família possui 6 ou mais membros vivendo na mesma residência. Diante disso, partimos para o terceiro gráfico, que revela que em 50% das famílias entrevistadas apenas um dos membros é empregado. Em 30% das famílias, todos se encontram desempregados e apenas 20% das famílias possuem 2 ou mais membros empregados. Esse é um exemplo de situação que deixa bem claro o quanto a pandemia acentuou ainda mais a desigualdade social. Gonçalves e Brito (2021) refletem que a vulnerabilidade social e a desigualdade são fatores que o contexto familiar tem como desafio para atender e acompanhar as características do ensino remoto proposto pelas instituições. Desse modo, além do desafio de ensinar e passar as orientações dadas pelas instituições, existem famílias que vivem em uma instabilidade financeira e dificilmente tem condições de acompanhar o filho nas atividades remotas. Fatores esses que influenciam diretamente no desempenho e desenvolvimento da criança.

Gráfico 4- idade das crianças



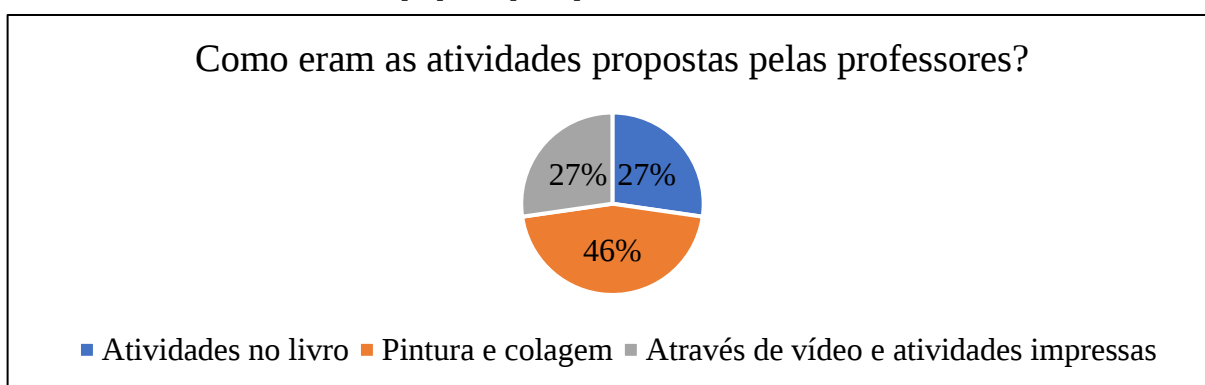
Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Conforme as respostas obtidas pelo questionário, no que se refere a idade das crianças matriculada na instituição infantil, 50% das crianças tem entre 4 e 5 anos de idade; 20% tem até 3 anos de idade e 30% das crianças tem 6 anos ou mais. É importante remeter a Lei de Diretrizes e Bases que em seu artigo 29^a estabelece que a educação infantil tem como objetivo garantir o desenvolvimento integral de crianças até 5 anos e 11 meses de idade, e pela pesquisa foi possível observar crianças com mais de 6 anos de idade, saindo da faixa etária prevista para a educação infantil. Além disso, é importante destacar o documento publicado pela ANPED - Educação a distância na educação infantil, não! - Que manifesta contra a educação a distância (EAD) e atividades remotas para essa etapa educativa que engloba crianças de 0 a 5 anos de idade. É importante ressaltar, como já foi dito ao decorrer desse trabalho que a base para a

educação infantil, de acordo com a BNCC e LDB 9394/96 é que a interação e brincadeira devem compor a prática pedagógica, para assim garantir uma educação de qualidade e enxergar a criança como sujeito de direito e ativo em seu processo de aprendizagem.

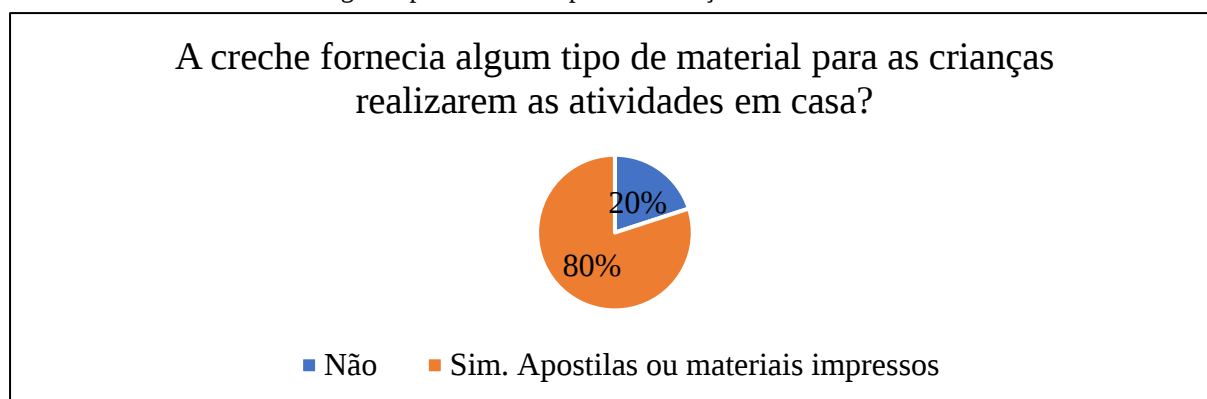
Desse modo, de acordo com a legislação, a Educação infantil tem como eixo interações significativas e brincadeiras, como já foi supracitado, e durante a pandemia as atitudes tomadas pelas instituições infantis vai de encontro ao que estabelece a legislação brasileira. Ao invés da interação com professores e colegas, a criança passando diariamente por horas de exposição em frente ao aparelho celular ou computador, tendo uma prática totalmente contrária ao esperado para essa etapa educativa.

Gráfico 5- Como eram as atividades propostas pelos professores?



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Gráfico 6- A creche fornecia algum tipo de material para as crianças realizarem as atividades em casa



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Os gráficos 05 e 06 tratam sobre as atividades propostas pelos professores e se a creche fornecia algum tipo de material para as crianças realizarem em casa. De acordo com gráfico 05, 46% das atividades tinham uma abordagem de pintura e colagem; 27% relatou que as atividades eram realizadas em livro e 27% afirmaram que eram através de vídeo e atividades impressas.

No que concerne o gráfico 06, podemos constatar que 80% das famílias responderam que a creche fornecia apostilhas e materiais impressos, se configurando assim nos modelos de atividades descritas pelas famílias. De acordo com os dados obtidos, podemos observar que as atividades propostas pelos professores não atendam as especificidades da educação infantil, uma vez que os documentos norteadores para essa etapa educativa enfatizam a importância de ter uma intencionalidade educativa nas práticas pedagógicas. Conforme a Base Nacional Curricular Comum (BNCC):

Essa intencionalidade consiste na organização e proposição, pelo educador, de experiências que permitam às crianças conhecer a si e ao outro e de conhecer e compreender as relações com a natureza, com a cultura e com a produção científica, que se traduzem nas práticas de cuidados pessoais (alimentar-se, vestir-se, higienizar-se), nas brincadeiras, nas experimentações com materiais variados, na aproximação com a literatura e no encontro com as pessoas. (BRASIL, p.39, 2017).

Sendo assim, atividades de pintura e no livro, como exposto pelas famílias, não atendem as especificidades da educação infantil. É importante remetermos ao objetivo educativo da creche, que de acordo com Didonet (2001) a instituição deve promover a aprendizagem, por meio de construção de conhecimentos e habilidades. Além disso, em concordância com Silva (2017) a instituição deve propiciar o ato de educar e cuidar, para assim garantir uma educação de qualidade mediante a brincadeiras e interações. De acordo com o parecer (5/2020) as instituições poderiam optar por fazer entregas de materiais de suporte pedagógico. Desse modo, fica evidente que as atividades propostas pelo ensino remoto não se enquadram nas características dessa etapa educativa, negando os direitos de aprendizagem da criança.

A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) destaca 6 direitos de aprendizagem e desenvolvimento que asseguram condições necessárias para que a criança tenha um papel ativo no seu processo de aprendizagem, ou seja, apenas atividades de pintura e atividades em livros não garantem esses direitos de aprendizagem na educação infantil. Consideremos o quadro a seguir:

Quadro 2:

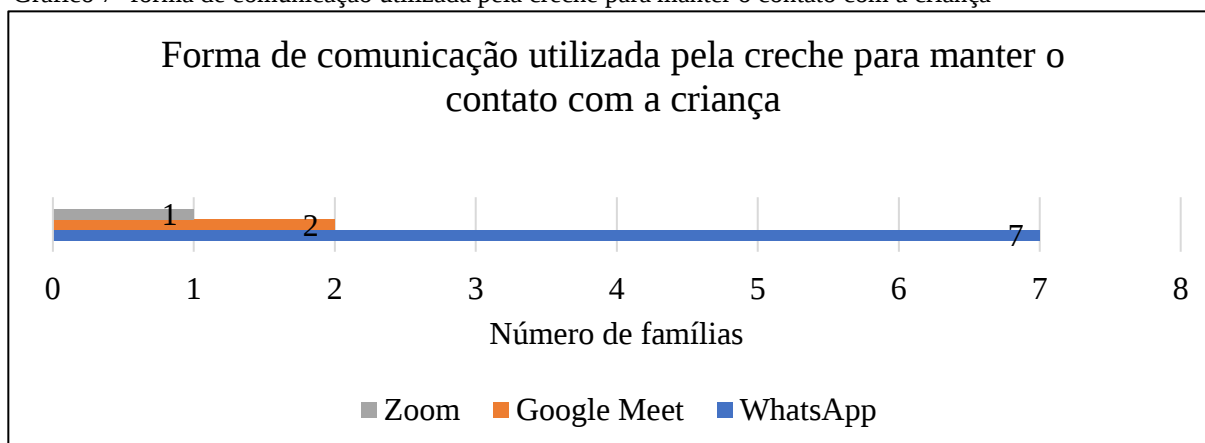
DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Conviver	com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas
Brincar	cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
Participar	ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.
Explorar	movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.
Expressar	como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens
Conhecer-se	e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário

Fonte: Base Nacional Curricular Comum (2017)

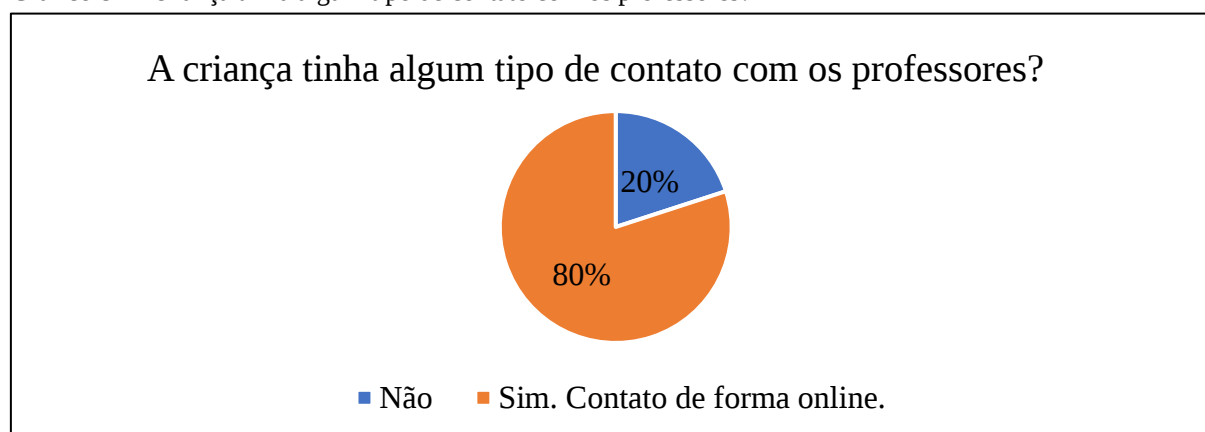
O conteúdo do gráfico 07 refere-se a forma de comunicação utilizada pela creche para manter o contato com a criança e o gráfico 08 pergunta se a criança tinha algum tipo de contato com os professores.

Gráfico 7- forma de comunicação utilizada pela creche para manter o contato com a criança



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Gráfico 8- A criança tinha algum tipo de contato com os professores?

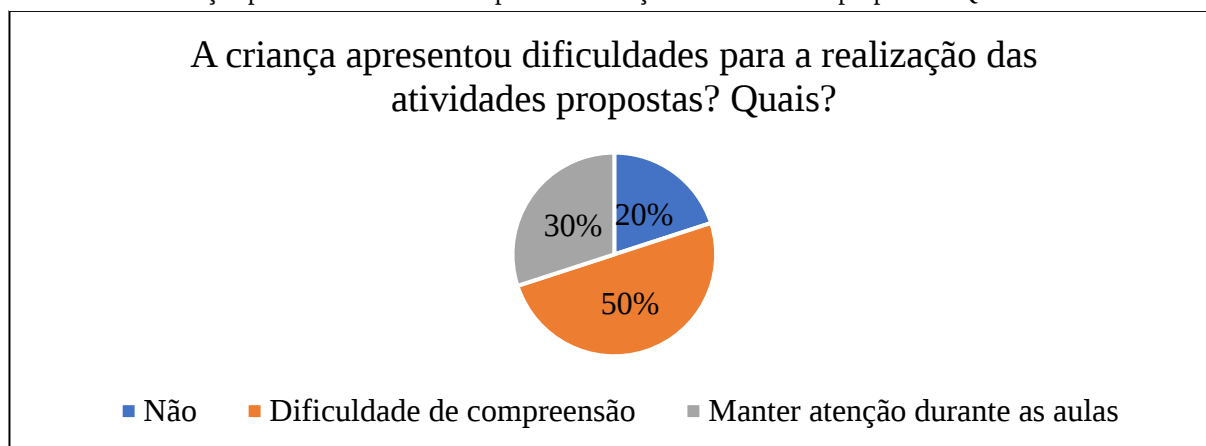


Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Ao analisarmos o gráfico 07 a plataforma mais utilizada foi o WhatsApp, em seguida o Google Meet e por fim a plataforma Zoom. O WhatsApp por ser um aplicativo mais popular e de acesso rápido e fácil para a comunicação entre os familiares e a instituição infantil, na qual permite troca de mensagens de voz, vídeos e de textos; já o Google Meet e a plataforma zoom permitem a realização de reuniões em tempo real, no que implica dizer que a creche também tinha momentos síncronos, se configurando assim em “aulas online” Nesse sentido é importante evidenciar que de acordo com o parecer 5/2020 dado pelo Conselho Nacional de Educação a orientação foi que as instituições infantis mantivessem o elo entre as crianças e professores por meio da aproximação virtual para não perder o contato com as crianças e orientar os familiares acerca das atividades propostas, descartando totalmente a possibilidade de uma educação a distância, pois não há nenhum documento legal ou normativo que possibilite essa modalidade para essa etapa educativa. Além disso, nem todas as famílias tinha um bom acesso a internet, fazendo com que muitas famílias e crianças não participasse do ensino proposto.

O conteúdo do gráfico 08 aborda a seguinte questão: “A criança tinha algum tipo de contato com os professores?” e de acordo com os resultados 80% das respostas obtidas disseram que o contato que a criança era de forma online e 20% responderam que não havia contato. Ao observar esse gráfico, podemos concluir que para essa etapa educativa, um dos eixos norteadores para o desenvolvimento integral da criança é a interação, tanto com os seus pares, quanto com os adultos. A BNCC (2017, p.40) enfatiza no campo de experiência “O eu, o outro e o nós” que “é na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista”. Desse modo, não é possível uma criança pequena ter interações através de uma tela, que não permite experiências fundamentais para a sua construção de saber. Além disso, como já foi mencionado ao decorrer dessa pesquisa, de acordo com Dalben (2019), para que haja uma aprendizagem significativa, é fundamental a presença do professor, fazendo mediação direta com a criança, pois além de um ambiente que proporcione interações com intencionalidades pedagógicas, é indispensável que a criança tenha ao lado um professor capacitado com conhecimentos sobre a área para que de fato a intencionalidade pedagógica aconteça.

Gráfico 9- A criança apresentou dificuldades para a realização das atividades propostas? Quais?



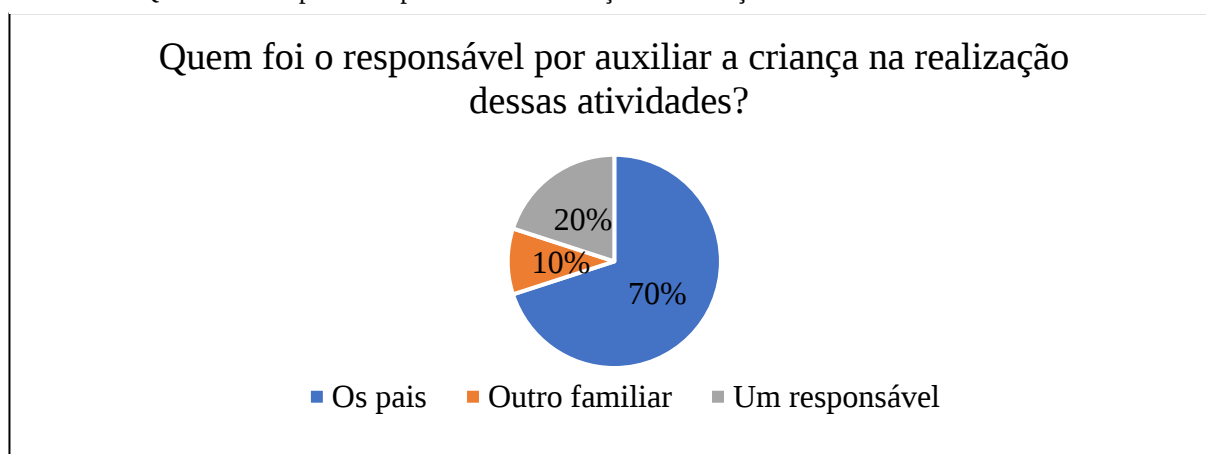
Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O gráfico 09 apresenta a seguinte questão “A criança apresentou dificuldades para a realização das atividades propostas? Quais?” Conforme as respostas obtidas 30% das crianças tiveram dificuldade em manter a atenção durante as aulas; 50% tiveram dificuldades de compreensão e 20% responderam que não. Ao refletir sobre esses dados, podemos perceber que a maioria das crianças pequenas não tinham uma boa compreensão das aulas remotas e demonstravam falta de atenção. Nessa perspectiva, as atividades remotas se configuravam em

aulas online, sem levar em consideração as especificidades da educação infantil e muito menos enxergando a criança como sujeito de direitos, tornando assim um período estressante e exaustivo. Além disso, é importante frisar que o âmbito familiar como disse a autora Dalben (2019) difere do ambiente escolar, fato esse responsável por ocasionar uma maior dificuldade de compreensão e atenção durante as aulas remotas por parte das crianças, por não estar em um ambiente adequado, dado que é um fator determinante para que a criança compreenda que ela está em ambiente facilitador de aprendizagens.

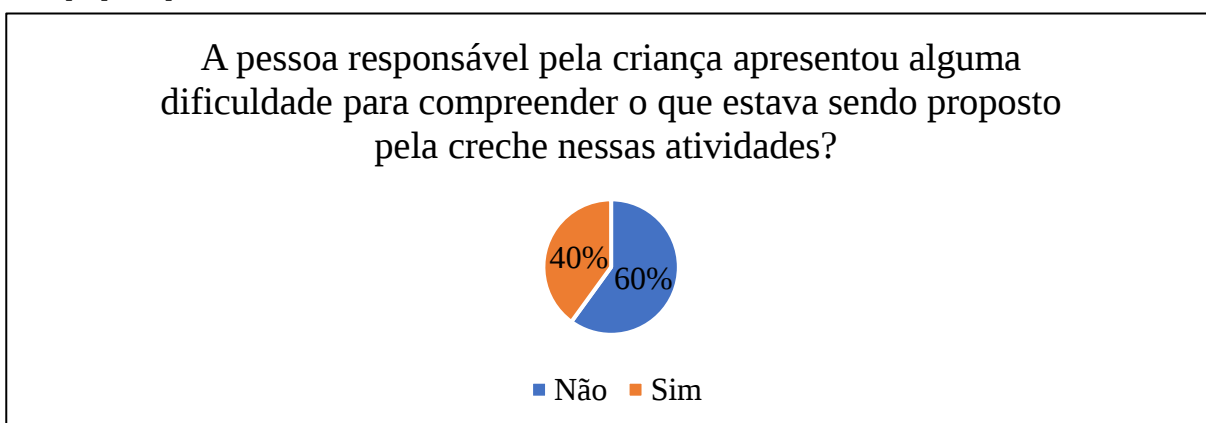
Os gráficos a seguir abordam as seguintes questões “Quem foi o responsável por auxiliar a criança na realização dessas atividades?” A pessoa responsável pela criança apresentou alguma dificuldade para compreender o que estava sendo proposto pela creche nessas atividades?” “Como foi conciliar as demais atividades do dia a dia e o ensino remoto?”.

Gráfico 10- Quem foi o responsável por auxiliar a criança na realização dessas atividades?



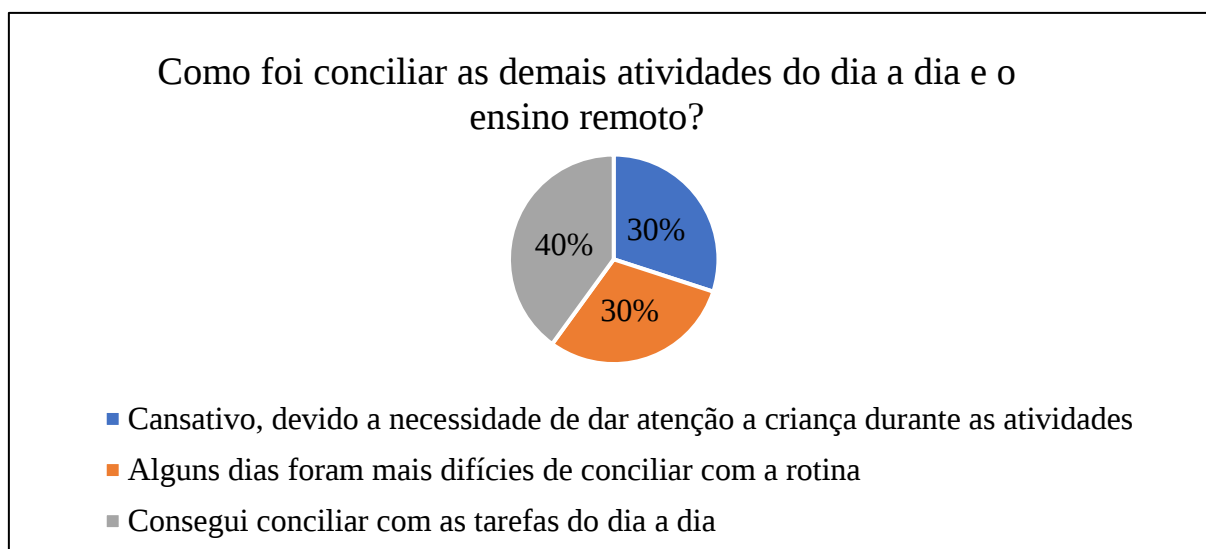
Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Gráfico 11- A pessoa responsável pela criança apresentou alguma dificuldade para compreender o que estava sendo proposto pela creche nessas atividades?



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Gráfico 12- Como foi conciliar as demais atividades do dia a dia e o ensino remoto?



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Conforme se pode observar, os gráficos apresentados tem uma relação entre si, posto que as questões são voltadas para o contexto familiar, mostrando sua perspectiva a respeito da experiência durante o ensino remoto. Os dados obtidos no gráfico 10, mostram que 70% dos entrevistados responderam que os responsáveis por auxiliar a criança em casa foram os pais; 10% disseram que foi outro familiar e 20% revelaram que foi um responsável não pertencente a família. Em concordância com os dados, a maioria das crianças tiveram auxílio dos pais para desenvolver as atividades propostas pela instituição. Como já foi mencionado ao longo da pesquisa o ambiente familiar é capaz de influenciar diretamente no desenvolvimento do sujeito, pois de acordo com Araújo e Freitas (2010) o ambiente familiar tem a capacidade de desenvolver capacidades físicas e emocionais, para assim em conjunto com as propostas da instituição infantil o indivíduo possa se desenvolver integralmente. É fundamental que a criança tenha esse apoio familiar, porém é importante enfatizar que apenas o ambiente familiar não substitui as ações e intervenções que advém da instituição infantil, a educação deve ser complementada a ação da família. Como traz a LDB (1996) em seu art. 29º que a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica e deve ser complementada a ação da família e da comunidade.

O gráfico 11 nos mostra que 60% dos familiares não tiveram dificuldades para compreender o que estava sendo proposto pela creche e 40% afirmaram que sentiram dificuldade. Nesse sentido, é importante que a creche tenha uma base dialógica com os familiares, para que assim ambos possam contribuir de forma positiva com o desenvolvimento da criança, sobretudo, durante a pandemia, que por motivos de isolamento social, o contato

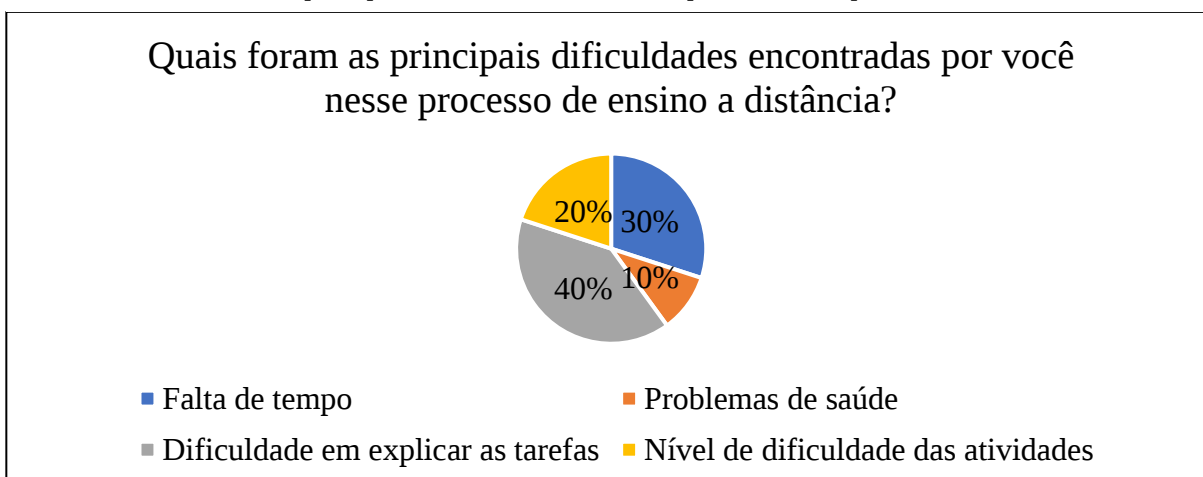
entre os familiares e instituições foi mais restrito, tendo como fonte principal de comunicação o aplicativo WhatsApp, como foi visto na pesquisa. De acordo com Silva (2020), que através da parceria da creche com a família, deve haver um diálogo permanente para esclarecer os objetivos propostos como as atividades, para que não haja essa dificuldade que foi exposta durante a pesquisa.

De acordo com o gráfico 12, 40% dos familiares declararam que conseguiram conciliar o ensino remoto com as tarefas do dia a dia; 30% responderam que tiveram dias mais difíceis de conciliar com a rotina e 30% afirmaram que foi cansativo, devido a necessidade de dar atenção a criança durante as atividades. De acordo com o parecer (5/2020) determinado pelo Conselho Nacional de Educação, a carga horária para a realização das atividades durante a pandemia ficava a critério da organização da família, dependendo assim das condições socioeconômicas dos sujeitos. Assim, lemos:

Nessa situação de excepcionalidade para a educação infantil, é muito difícil quantificar em horas as experiências que as crianças pequenas terão nas suas casas. Não existe uma métrica razoável capaz de mensurar estas atividades desenvolvidas pela família em termos de equivalência com horas letivas. E, dadas as particularidades socioeconômicas da maioria das famílias, deve-se cuidar para ampliar o sentido de atividades não presenciais a serem desenvolvidas com as crianças pequenas. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - Parecer CNE 5/2020, 2020, p. 9).

Além disso de acordo com o documento é inviável quantificar as horas que as crianças teriam de experiência nas suas casas. De acordo com gráficos, a maioria das famílias apresentou dificuldades para incluir em suas rotinas as atividades propostas, dado que a instituição infantil tinha momentos síncronos e isso implica dizer que os responsáveis teriam que estar presentes de acordo com o horário disponibilizado pelos professores da educação infantil.

Gráfico 13- Quais foram as principais dificuldades encontradas por você nesse processo de ensino



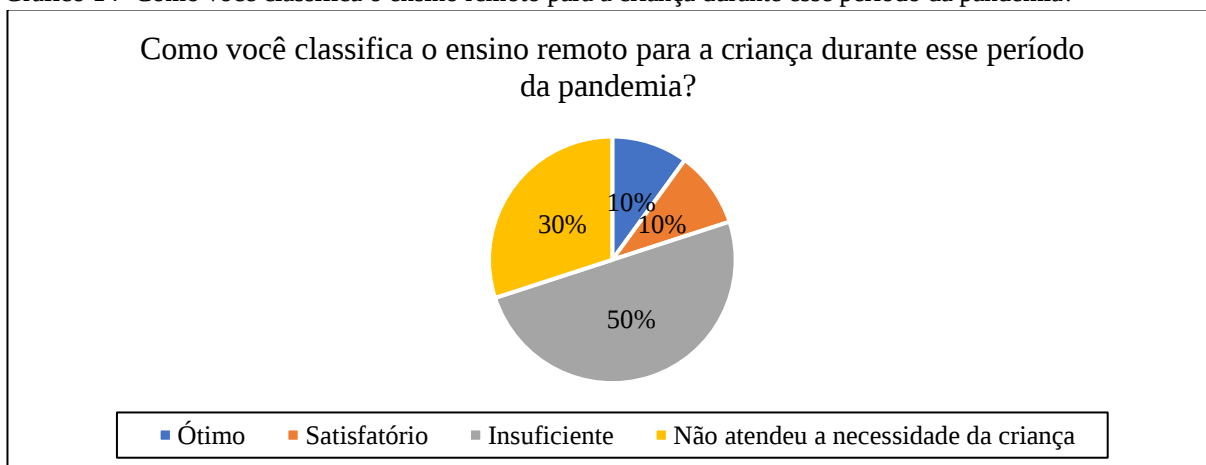
Fonte: Elaborado pela autora (2021)

O gráfico 13 discute as principais dificuldades encontradas pelos familiares no processo de ensino a distância e os resultados foram: 30% responderam que foi a falta de tempo; 40% alegaram que tiveram dificuldade em explicar as tarefas; 20% afirmaram que as atividades eram complexas; 10% relataram que tiveram problemas de saúde e isso dificultou o acompanhamento das atividades para os seus filhos.

Desse modo, a maior parte dos familiares tiveram dificuldades em explicar as atividades para os seus filhos. É importante destacar que de acordo com o parecer (5/2020), as atividades teriam que ter como base a ludicidade e a brincadeira com o intuito de promover novas aprendizagens e a instituição teria que dar o suporte com orientações e sugestões de atividades para que os pais conseguissem realizar durante o isolamento social, mediante o diálogo e parceria entre ambos.

Por fim, o último gráfico aborda a seguinte questão: “Como você classifica o ensino remoto para a criança durante esse período de pandemia? Vejamos:

Gráfico 14- Como você classifica o ensino remoto para a criança durante esse período da pandemia?



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Metade dos entrevistados responderam dizendo que o ensino remoto foi insuficiente; 30% afirmaram que o ensino remoto não atendeu a necessidade da criança e 20% afirmaram que foi ótimo ou satisfatório. Como vemos, grande parte das famílias classificaram o ensino remoto como insuficiente para essa etapa educativa.

Complementando essa questão, foram elaborados dois quadros de respostas para os seguintes questionamentos: “Para você, a educação infantil é importante para seu/sua filho/filha?” e “Durante a pandemia, você acha que o ensino remoto conseguiu atender e cumprir o papel que se espera da educação infantil?”. De acordo com as respostas, fica evidente que todos os participantes da pesquisa consideram a educação infantil importante

para a criança. Nesse sentido, os familiares compreendem a importância do seu filho está inserido na instituição infantil. Como podemos observar:

Quadro 3:

Para você, a Educação Infantil é importante para seu/sua filho/filha? Porquê?	
Resposta 01	Sim pra amanhã eles ter um futuro melhor
Resposta 02	Sim. É a base de uma boa educação
Resposta 03	Sim, auxilia no desenvolvimento
Resposta 04	Sim, porque é o começo do aprendizado na escola
Resposta 05	Sim, pois além de servir para a sua educação intelectual é um grupo da sociedade muito importante para ela começar a se inserir
Resposta 06	Sim porque ela vai se desenvolvendo mais no aprendizado
Resposta 07	Com certeza vai ser um auxílio para a próxima fase escolar
Resposta 08	Clara ajuda no desenvolvimento

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O quadro IV apresenta a seguinte questão: “Durante a pandemia, você acha que o ensino remoto conseguiu atender e cumprir o papel que se espera da educação infantil?”. Vejamos a seguir:

Quadro 4-

Durante a pandemia, você acha que o ensino remoto conseguiu atender e cumprir o papel que se espera da educação infantil?	
Resposta 01	Não pois não é a mesma coisa

Resposta 02	Não completamente, digamos que 50%.
Resposta 03	Não
Resposta 04	Sim
Resposta 05	Sim
Resposta 06	Não

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Dessa forma, ao analisarmos tanto o quadro três e quatro, fica evidente que a grande maioria dos participantes da pesquisa acreditam que o ensino remoto não conseguiu atender e cumprir o papel que se espera da educação infantil. O ensino remoto na educação infantil, além de não atender as necessidades esperadas, trouxe à tona os diversos desafios enfrentados pelo contexto familiar, alguns dos quais foram destacados com a realização da presente pesquisa. Em concordância com Gonçalves e Britto (2019), o envio de atividades xerocadas não reduzem os danos causados pela pandemia ao contexto escolar. É importante frisar também que essa proposta de ensino remoto para as crianças até cinco anos de idade, desconsidera as especificidades e a singularidade do sujeito, sem priorizar a autonomia e criatividade da criança pequena.

Foi possível analisar que a maioria dos familiares reconhece a importância da educação infantil para os seus filhos, ressaltando a relevância para os desenvolvimentos dos mesmos, apesar dos tantos desafios que a pandemia trouxe para os lares. Nesse sentido, é fundamental que a instituição infantil estabeleça o diálogo com a família para que elas de fato tenham um conhecimento sobre a importância dessa fase escolar para os seus filhos. Desse modo, fica claro ao decorrer da pesquisa que a hipótese inicial do trabalho se confirma, uma vez que o ensino remoto proposto pelas intuições infantis não prioriza a natureza dessa etapa educativa, que é essencialmente interacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As instituições infantis diante da pandemia da Covid-19 sofreram alterações que afetaram tanto as crianças, como também o contexto familiar, uma vez que a educação infantil já é um espaço de luta social e política para a garantia dos direitos das crianças pequenas. Durante esse processo de isolamento social, essas instituições adotaram medidas como o ensino remoto para essa etapa educativa, desconsiderando as especificidades da educação infantil. Diante desse contexto, surgiu a necessidade de observar mais de perto a abordagem realizada e como isso estava sendo passado para as crianças e suas respectivas famílias, investigando assim as experiências e vivências que as famílias passaram durante o isolamento social. Desse modo, foi de suma importância estudar e pesquisar sobre a perspectiva da família em relação ao ensino remoto na educação infantil durante a pandemia da Covid-19.

Posto isso, a pesquisa teve como objetivo geral analisar a percepção das famílias em relação ao ensino remoto na educação infantil, durante o período da pandemia da Covid-19. Constatou-se que o trabalho conseguiu verificar as experiências e desafios que o ensino remoto trouxe para os familiares, juntamente com as crianças pequenas, analisando assim a percepção que os responsáveis tiveram sobre o ensino remoto na educação infantil. No âmbito do ensino infantil, as interações e brincadeiras são peças chave para o desenvolvimento integral da criança e mediante a perspectiva dos familiares, foi possível perceber que o ensino remoto proposto pelas instituições não teve esses eixos norteadores para trabalho pedagógico com as crianças.

O objetivo específico inicial era verificar as experiências vivenciadas pelas crianças da educação infantil e levantar a opinião das famílias a respeito do ensino remoto. Nesse sentido, esse objetivo foi atendido, pois por meio das respostas obtidas, foi possível coletar as opiniões dos familiares sobre o ensino remoto para as crianças, como também o que as crianças vivenciaram mediante as atividades que foram propostas. Dessa forma, constatou-se que a vivência das crianças se resumiu em cumprir atividades diárias e participar de aulas remotas, se submetendo a ficar algumas horas frente a tela de um computador/celular, sem intencionalidade pedagógica, que de acordo com as opiniões dos familiares, o ensino remoto não cumpriu o papel que se espera da educação infantil.

E já o segundo objetivo específico era descrever o ensino remoto e as atividades propostas pelos professores da educação infantil. Por meio da aplicação do questionário foi possível caracterizar as atividades passadas para as crianças e compreender como tudo isso foi vivenciado com os familiares, as dificuldades tanto para as crianças, como também para os

responsáveis. Além do mais, foi possível compreender como acontecia o ensino remoto no dia a dia das crianças e como eram suas rotinas mediante as aulas remotas, se caracterizando assim em dias cansativos. De acordo com os relatos, foi difícil para os familiares ensinar as atividades propostas e fazer com que as crianças mantivessem a atenção durante as explicações, além da dificuldade de conciliar com a rotina do dia a dia.

O terceiro objetivo específico foi caracterizar a educação infantil, ressaltando suas especificidades e a sua importância para o desenvolvimento integral das crianças. E foi concebido essa meta ao decorrer do trabalho, de acordo com o embasamento teórico, bem como os documentos normativos e pedagógicos foi possível compreender as especificidades da educação infantil e os seus eixos norteadores para uma educação de qualidade, ressaltando a importância do brincar e a interação para essa etapa educativa. Por meio da pesquisa foi possível observar que o ensino remoto não atendeu a essas especificidades propostas para a educação infantil.

A pesquisa partiu da hipótese de que as aulas remotas propostas pelas instituições infantis diante da pandemia da Covid-19 não atendem as especificidades e direitos de aprendizagem dessa etapa educativa, uma vez que a interação e a brincadeira, são eixos norteadores para a prática pedagógica com as crianças pequenas e por meio dessa forma de ensino é inviável que as crianças tenham uma educação de qualidade, uma vez que o ensino remoto não atende as características da educação infantil. Durante o trabalho verificou-se por meio das respostas obtidas que o ensino remoto desconsiderou todo o contexto da educação infantil com atividades que se resumem em apenas atividades de pintura e colagem, uma vez que essas atividades por si só não capazes de estimular uma aprendizagem significativa, bem como suscitar a criatividade, a expressão, a participação, e autonomia da criança, confirmando assim a hipótese inicial do trabalho.

Nesse sentido, surge o questionamento sobre como foi para a família em meio a todas as dificuldades do contexto pandêmico. Inserir o ensino remoto nas suas rotinas, recebendo orientações das instituições infantis, tendo a escola se “instalando dentro da casa”, na qual o ambiente familiar difere totalmente do âmbito escolar e com esse contexto, quais foram as experiências vivenciadas pelos familiares e pelas crianças pequenas. Logo, com a pesquisa foi possível responder essa questão levantada, pois de acordo com os questionários as experiências coletadas as maiores dificuldade encontradas foram a falta de compreensão das atividades propostas para ensinar as crianças, como também fazer com os seus filhos mantivesse atenção durante as atividades e aulas remotas, bem como conciliar com a rotina da família.

É importante resgatarmos a metodologia do trabalho que se baseou-se em uma pesquisa qualitativa e quantitativa para a análise dos dados. A pesquisa fez a aplicação de um questionário no total de 15 perguntas com estruturas abertas e fechadas e foi aplicado através da ferramenta pela Google Forms. Para isso, foi preciso ir até a instituição infantil, localizada no município de Bayeux-PB, para ter acesso aos contatos dos familiares das crianças. Inicialmente a diretora da creche disponibilizou todos os arquivos das crianças matriculadas na instituição, e deixou-me livre para a escolha dos contatos. Foram selecionados um total de 45 contatos dos familiares de crianças do infantil I ao infantil V. Em seguida, entrei em contato com os familiares via WhatsApp, explicando a importância da pesquisa e com a concordância da participação da pesquisa, enviei o link do questionário para ser respondido. Desse modo, a pesquisa foi realizada com dez (10) famílias que se disponibilizaram a contribuir com a pesquisa.

Diante da metodologia proposta, percebe-se que o trabalho poderia ter sido realizado de forma presencial, mas infelizmente ainda estamos no enfrentando a pandemia da Covid-19 e esse contato direto com o objeto de estudo apresentou-se inviável, como também não foi possível observar a realização das atividades propostas pela instituição infantil de forma presencial. O contato presencial proporcionaria um contato maior com a realidade vivenciada, forneceria mais informações e registros para o trabalho, porém, como já foi supracitado, a pandemia restringiu e limitou um pouco a pesquisa por esses fatores. Outra limitação encontrada foi que alguns familiares se negaram a responder e outros contatos não tinham WhatsApp e nem e-mail para que pudesse contribuir com a realização do questionário. A pesquisa também poderia ter englobado mais familiares para que houvesse uma expansão maior da análise da perspectiva da família, mas por limitação de tempo e disponibilidade dos pais, foi inviável aplicar um número maior de questionários.

Dessa forma, recomendo para pesquisas futuras que tenham um contato direto com os familiares, abordando por meio de entrevistas para maior detalhamento das experiências vivenciadas durante o ensino remoto com os familiares, englobando assim um maior público para fazer novas relações com os resultados obtidos. Desse modo, podemos considerar que a presente pesquisa foi fundamental para compreender como foi o processo de ensino remoto adotado pelas instituições infantis, analisando as experiências dos familiares, juntamente com as crianças pequenas, demonstrando assim que o ensino remoto não atendeu as necessidades da educação infantil, como já foi frisado ao decorrer da pesquisa.

REFERENCIAS

ARAÚJO, Gabriela Barros; FREITAS, Lêda Gonçalves. **Família e Escola-** Parceria necessária na Educação Infantil., Brasília, p. 2-20, 9 dez. 2010.

ANPED.**Educação a distância na Educação Infantil, não!** Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/images/manifesto_anped_ead_educacao_infantil_abril_2020.pdf>. Acesso em 05 Nov. 2021.

BACELAR, Vera Lúcia da Encarnação. **Ludicidade e Educação infantil.** Salvador: EDUFBA,2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988, 305 p.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Lei de **Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil.** Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Brasília: MEC, Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação Básica. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças.** Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg. – 6.ed. Brasília : MEC, SEB, 2009.

CERISARA, Ana Beatriz. **Educar e cuidar**: por onde anda a educação infantil? Perspectiva, Universidade de Santa Catarina. Centro de Ciência da Educação. Florianópolis, v. 17, n. Especial, p.11 – 21 julho/dezembro. 1999. Editora da UFSC: NUP/CED. 1983. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10539/10082>. Acesso em: 12 Set, 2021.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Distrito Federal). Parecer CNE/CP Nº: 5/2020, de 28 de abril de 2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasília, 1 jun. 2020, seção 1, p. 32, 28 abr. 2020. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_PAR_CNECPN52020.pdf Acesso em: 10 Set. 2021.

DALBEN, Ângela imaculada. **Relação família x escola em tempos de pandemia**, Belo horizonte, ano 14, n. 22, p. 11-29, jul. 2019.

DIDONET, Vital. Creche: a que veio, para onde vai. In: **Educação Infantil: a creche, um bom começo**. Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v 18, n.73. Brasília, 2001. p.11-28.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990.

Gil, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008

GONÇALVES, Edilma Mendes Rodrigues; BRITTO, Ana Luiza Floriano de Moura. **Ensino remoto na Educação Infantil em tempos de pandemia**: reflexões acerca das novas formas de ensinar. v. 12, p. 40-46, dez. 2020

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Histórias da educação infantil brasileira**. Revista de Educação Brasileira, v. 14, p. 5-17, 2000.

LEITE, Sandra Regina *et al.* **RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO INFANTIL E A FAMÍLIA: EM BUSCA DE UMA EDUCAÇÃO ACOLHEDORA.** São Paulo, p. 211-223, mai./Ago, 2018.

MELLO, A. P. B. de; SUDBRACK, E. M. Caminhos da educação infantil: da constituição de 1988 até a BNCC. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 5, p. e019031, 2019. DOI: 10.20396/riesup.v5i0.8653416. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8653416>. Acesso em: 7 set. 2021.

PARAÍBA. **Decreto Nº 40.128.** Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/doe/janeiro/marco/diario-oficial-19-03-2020.pdf/> Acesso em 4 nov. 2021.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: AVANÇOS, RETROCESSOS E DESAFIOS DESSA MODALIDADE EDUCACIONAL. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas. 78-95, mar. 2009.

PRODANOV, Cleber Cristiano; Freitas, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2 ed. NovoHamburgo: Frevale, 2013.

SILVA, Fabiane de Souza. **As Relações Creche – Família.** Um Estudo numa Instituição de Educação Infantil no Município de Camacan –. Lisboa, 2017

APÊNDICES

Questionário

1. Qual o número de filhos da família?
2. Qual o total de membros e onde a família reside?
3. Quantos dos membros da família trabalham?
4. Qual é a idade da criança? (a família tem mais de uma criança na Educação Infantil?)
5. Qual foi a forma de comunicação utilizada pela creche para manter o contato com o seu filho(s)/filha(s) durante o período do ensino remoto?
6. Como eram as atividades propostas pelas professoras?
7. A creche fornecia algum tipo de material para as crianças realizarem as atividades em casa?
8. A criança apresentou dificuldades para a realização das atividades propostas? Quais?
9. A criança tinha algum tipo de contato com os professores?
10. Quem foi o responsável por auxiliar a criança na realização dessas atividades?
11. A pessoa responsável pela criança apresentou alguma dificuldade para compreender o que estava sendo proposto pela creche nessas atividades?
12. Como foi conciliar as demais atividades do dia a dia e o ensino remoto?
13. Como você classifica o ensino remoto para a criança durante esse período da pandemia?
 - a) Ótimo
 - b) Satisfatório
 - c) Insuficiente
 - d) Não atendeu a necessidade da criança
11. Quais foram as principais dificuldades encontradas por você nesse processo de ensino a distância? Como foi a sua experiência?
12. Para você, a Educação Infantil é importante para seu/sua filho/filha? Porquê?
13. Durante a pandemia, você acha que o ensino remoto conseguiu atender e cumprir o papel que se espera da educação infantil?